



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA

Conselho Superior
Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 , gabinete.reitoria@ifrr.edu.br
www.ifrr.edu.br

Resolução CONSUP/IFRR N° 727, de 16 de março de 2023.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de *Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola* Campus Boa Vista, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, **Ad Referendum** deste Conselho, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a autonomia institucional conferida pelo Art. 1º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e considerando o constante no Processo n.º 23229.000110.2023-05.

RESOLVE:

Art.1.º Aprovar, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola Campus Boa Vista, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, conforme anexo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 16 de março de 2023.

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM
LETRAS COM HABILITAÇÃO EM LÍNGUA E LITERATURAS DE
LÍNGUA PORTUGUESA E ESPANHOLA**

Janeiro de 2023

Boa Vista / RR

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Camilo Sobreira de Santana

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Getúlio Marques Ferreira

REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Nilra Jane Filgueira Bezerra

PRÓ-REITORA DE ENSINO DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Aline Cavalcante Ferreira

DIRETORA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Solange Almeida Santos

DIRETORA GERAL DO CAMPUS BOA VISTA

Joseane de Souza Cortez

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Tomas Armando Del Pozo Hernandez

SUMÁRIO

I. DADOS DA INSTITUIÇÃO	08
- IFRR Reitoria.....	08
-Entidade mantenedora.....	08
-IFRR/Campus Boa Vista.....	08
II. PORTARIA DA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC.....	10
III. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	11
- Nome do Curso.....	11
- Eixo Tecnológico.....	11
-Modalidade de oferta.....	11
- Turno de Funcionamento.....	11
-Periodicidade de Oferta.....	11
- Número de Vagas Ofertadas.....	11
- Carga Horária Total.....	11
-Regime Letivo.....	11
- Título Outorgado.....	11
-Proposta de aprovação, de atualização e de encerramento.....	11
-Duração prevista:.....	11
-Integralização curricular mínima e máxima.....	11
-Coordenador (a) do Curso.....	11
-Resolução de Autorização de Funcionamento.....	11
1. APRESENTAÇÃO.....	12
1.1.Histórico da Instituição.....	12
1.2. Missão.....	16
1.3.Visão de futuro.....	16
1.4.Valores.....	16
1.5.Histórico do Campus Boa Vista.....	16
1.6.Apresentação do Curso.....	17
1.7.Contexto na Legislação Pertinente.....	18
1.7.1.Política de atendimento a pessoas com necessidades especiais.....	20
1.7.2. Relações Étnico - raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira	20
1.7.3. Libras.....	20
1.7.4.Educação Ambiental	20
1.7.5. Educação em Direitos Humanos.....	21
2. JUSTIFICATIVA.....	21
3.OBJETIVOS DO CURSO.....	23

3.1. Objetivo Geral	23
3.2. Objetivos Específicos	23
4. REGIME LETIVO	23
5. REQUISITOS E FORMA DE ACESSO AO CURSO	23
6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO.....	24
7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	27
7.1. Grupos de Formação.....	27
7.2. Grupos de Estudo de Formação Geral e Humanística.....	27
7.3. Grupos de Estudo de Formação Específica.....	28
7.3.1. Currículo de Língua Portuguesa e Linguística.....	28
7.3.2. Currículo de Literaturas de Língua Portuguesa.....	30
7.3.3. Currículo de Língua Espanhola.....	32
7.4. Matriz Curricular.....	33
7.5. Curricularização da Extensão.....	38
7.6. Representação Gráfica do Processo Formativo.....	40
7.7. Ementário.....	43
7.8. Teminalidades - Saídas Intermediárias.....	67
8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	67
9. PRÁTICA PROFISSIONAL.....	68
10. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	69
10.1. O Campo de Atividades do Estágio Curricular Supervisionado.....	70
10.2. Atividades de Estágio e Metodologia.....	71
10.3. Carga Horária.....	72
11. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS.....	73
12. ATIVIDADES A DISTÂNCIA.....	74
13. ATIVIDADES DE TUTORIA.....	76
13.1. Sistema de Tutoria.....	76
13.2. Tutor a Distância.....	76
13.3. Tutor de Apoio Presencial.....	76
13.4. Papel do Professor Mediador/Tutor.....	78
13.4.1. Professor Mediador/Tutor.....	78
13.4.2. O Coordenador de Plataforma e Tutoria.....	80
13.4.3. A Equipe Multidisciplinar.....	80
14. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E A EXTENSÃO.....	80
15. APOIO AO DISCENTE.....	83
15.1. Atendimento a pessoas com Deficiência ou com Transtornos Globais.....	85
16. TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TDICs.....	86

16.1. Tecnologia de Informação e Comunicação - TICs no ensino	86
17. DOS COLEGIADOS.....	88
17.1. Núcleo Docente Estruturante – NDE.....	88
17.2. Colegiado de Curso.....	89
18. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO.....	89
18.1. Avaliação de Aprendizagem do Estudante.....	90
18.2. Verificação do Rendimento Escolar e da Aprovação.....	91
18.3. Avaliação da Aprendizagem de Forma Presencial	91
18.4. Avaliação da Aprendizagem pelo AVA	92
18.5. Sistema de Avaliação	93
19. EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES – ENADE.....	93
20. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	93
21. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	94
21.1. Avaliação Institucional	94
22. PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO PEDAGÓGICA E TÉCNICO ADMINISTRATIVO.....	95
22.1. Docentes do Curso.....	95
22.2. Equipe Técnico-Administrativa.....	95
23. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS.....	95
23.1. Biblioteca.....	96
24. DIPLOMAÇÃO.....	96
25. REFERÊNCIAS	97

I. DADOS DA INSTITUIÇÃO

- IFRR – Reitoria

Nome do Instituto	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
CNPJ	10.839.508/0001-31
Nome do Dirigente	Nilra Jane Filgueira Bezerra
Endereço do Instituto	Rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11
Bairro	Calungá
Cidade	Boa Vista
UF	Roraima
CEP	69.303-220
DDD/Telefone	(95) 3624-1224
E-mail	gabinete.reitoria@ifrr.edu.br

- Entidade Mantenedora

Entidade Mantenedora	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica– SETEC
CNPJ	00.394.445/0532-13
Nome do Dirigente	Getúlio Marques Ferreira
Endereço da Entidade Mantenedora	Esplanada dos Ministérios Bloco 1, 4º andar – Ed. Sede
Bairro	Asa Norte
Cidade	Brasília
UF	Distrito Federal
CEP	70.047-902
DDD/Telefone	(61) 2022-8597
E-mail	setec@mec.gov.br

- IFRR/Campus Boa Vista

Campus Ofertante	IFRR/Campus Boa Vista
CNPJ	10.839.508/0002-12
Nome do Dirigente	Joseane de Souza Cortez
Endereço do Instituto	Av. Glaycon de Paiva, 2496
Bairro	Pricumã
Cidade	Boa Vista
UF	Roraima
CEP	69.303-340
DDD/Telefone	(095) 3621-8021
E-mail	gabinete.boavista@ifrr.edu.br

II PORTARIA DA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC

Nome do Curso: Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola.
Eixo Tecnológico:
Modalidade de oferta: Licenciatura - Educação a Distância – EaD.
Turno de Funcionamento: Integral
Períodicidade de Oferta: bianual
Número de Vagas Ofertadas: De 150 a 300 vagas
Carga Horária Total: 3.465 horas
Regime Letivo: Modular
Título Outorgado: Licenciado em Letras com Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola
Proposta de aprovação, de atualização e de encerramento: Curso novo.
Duração prevista: 4 (quatro) anos
Integralização curricular mínima e máxima: Mínimo 4 anos Máximo 8 anos
Coordenador (a) do Curso: Nomeado conforme processo seletivo
Resolução de Autorização de Funcionamento:

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Histórico da Instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) vivenciou, durante sua existência, várias mudanças, assim como outras instituições de ensino do País. Hoje a instituição conta com estrutura *multicampi* composta por cinco *campi*: Amajari, Avançado Bonfim, Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Novo Paraíso e além da Reitoria. Possui em seu quadro 657 servidores efetivos, entre técnicos administrativos e docentes.

A nossa história se divide em cinco etapas:

- Escola Técnica de Roraima integrante da rede de ensino do Território Federal de Roraima

- Escola Técnica de Roraima integrante do sistema de ensino do Estado de Roraima
- Escola Técnica Federal de Roraima
- Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Escola Técnica de Roraima integrante da rede de ensino do Território Federal de Roraima

Implantado como Escola Técnica em 1986, o IFRR começou suas atividades em 1987 com apenas dois cursos técnicos: Eletrotécnica, com 105 alunos, e Edificações, com 70 alunos. As instalações funcionavam em dois blocos cedidos pela Escola do Magistério.

Escola Técnica de Roraima integrante do sistema de ensino do Estado de Roraima

Em 21 de dezembro de 1989, por meio do Parecer 26/89, o Conselho Territorial de Educação (CTE-RR) autoriza e reconhece a Escola Técnica de Roraima; aprova o seu Regimento Interno e as grades curriculares dos dois cursos técnicos, tornando válidos todos os atos escolares anteriores ao regimento. Até 1993, a instituição funcionava nas instalações da Escola Técnica de Roraima. O quadro funcional era composto por 12 docentes e 11 técnicos administrativos.

Escola Técnica Federal de Roraima

Em 30 de junho de 1993, sob a Lei 8.670, publicada no Diário Oficial da União 123, de 1º de julho de 1993, no governo do então presidente da República Itamar Franco, foi criada a Escola Técnica Federal de Roraima, cuja implantação, na prática, se deu pela transformação da Escola Técnica do Ex-Território Federal de Roraima.

O quadro funcional era composto por 226 servidores, sendo 113 professores e 113 técnicos. A partir de 1994, a Escola Técnica Federal de Roraima, por meio do Programa de Expansão de Cursos, implanta os cursos Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física, assim como o ensino fundamental – de 5ª a 8ª série –, atendendo 213 alunos distribuídos em seis turmas. Gradativamente, de 1996 a 1999, essa modalidade de ensino foi extinta.

Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima

Com a transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima CEFET-RR, por meio do Decreto Presidencial de 13 de novembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União no dia subsequente, a comunidade interna prepara-se para fazer valer o princípio da verticalização da educação profissional, oferecendo cursos profissionalizantes em nível básico, técnico e superior.

O curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo foi o primeiro a ser implantado e teve sua proposta de implantação vinculada à proposta de transformação da ETF-RR em CEFET-RR. Em 2005, o governo federal, por intermédio do Ministério da Educação, instituiu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no País, estabelecendo a implantação de Unidades Descentralizadas (UNEDS) em diversas unidades da Federação, sendo o Estado de Roraima contemplado, na fase I, com a Unidade de Ensino Descentralizada de Novo Paraíso, no Município de Caracará, sul do estado.

Em agosto de 2007, iniciam-se as atividades pedagógicas da unidade com 210 alunos matriculados no curso Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio, incluindo uma turma de Proeja. Já na segunda fase do plano de expansão, o CEFET-RR foi contemplado com outra UNED sendo, agora, no Município do Amajari, no norte do estado.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

No dia 29 de dezembro de 2008, o presidente da República sancionou a Lei 11.892, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, concretizando, assim, um salto qualitativo na educação voltada a milhares de jovens e adultos em todas as unidades da Federação.

Então, a partir dessa data, o CEFET-RR passou a ser chamado de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) – com três *campi*: Boa Vista, Novo Paraíso e Amajari. Em 2011, o IFRR, por meio do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, foi contemplado com mais um *campus*: o Boa Vista Zona Oeste, com sede na Capital.

O IFRR é uma instituição autônoma de natureza autárquica, integrante do sistema federal de ensino. Tem organização administrativa, didática e patrimonial definidas em estatuto próprio, está vinculado ao Ministério da Educação e é supervisionado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

São objetivos da instituição ministrar educação profissional, técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada a trabalhadores; realizar pesquisas e desenvolver atividades de extensão, além de oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização e cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado.

Tem como finalidade também ofertar a educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, no intuito de qualificar cidadãos com vistas à educação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento local, regional e nacional. Perfeitamente inserido no contexto local e regional, o IFRR é um centro de referência educacional que vem contribuindo há 28 anos para o processo de desenvolvimento do Estado de Roraima ao promover a inclusão social de jovens e adultos por meio das ações de formação profissional.

1.2. Missão

O IFRR tem como missão, promover formação integral, articulando ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os arranjos produtivos locais, sociais e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

1.3. Visão de Futuro

Ser referência no País como instituição de formação profissional e tecnológica na promoção de ensino, pesquisa e extensão.

1.4. Valores

O IFRR possui os seguintes valores:

- a) Ética
- b) Compromisso social
- c) Gestão Democrática
- d) Excelência
- e) Sustentabilidade
- f) Respeito à Diversidade
- g) Justiça

1.5. Histórico do Campus Boa Vista

A história do Campus Boa Vista é originária do processo de formação do atual IFRR. O Campus, na prática, nasceu da Escola Técnica Estadual de Roraima que funcionava em espaço físico cedido pela então Escola de Formação de Professores de Boa Vista.

Quando a Escola Técnica foi federalizada por meio da Lei nº 8.670, passando a chamar-se Escola Técnica Federal de Roraima (ETFRR), passou a funcionar com os servidores redistribuídos do ex Território Federal de Roraima e discentes dos cursos de Edificações e Eletrotécnica.

Funcionando em prédio próprio, a Escola Técnica Federal implantou o curso Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física. Seguindo esse processo de expansão e na perspectiva de preparar estudantes para ingressar no Ensino Técnico, implantou o ensino fundamental de 5ª a 8ª series. No ano de 1996 por solicitação da comunidade e tomando como base os resultados obtidos por meio de pesquisa de mercado, foram implantados os cursos Pós

2º Grau Técnico em Turismo e em Hotelaria e Técnico em Secretariado.

No ano de 1998 foi criado o curso Técnico em Transações Imobiliárias, e Curso Técnico em Enfermagem. Em 2000 e 2001, respectivamente, foram criados os cursos Técnicos em Eletrônica, em Laboratório, Recreação e Lazer, Informática, Radiologia e Segurança do Trabalho. Além de implantar a Educação de Jovens e Adultos com o curso de qualificação profissional em Construção Civil e Eletrotécnica.

A Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, transformou a ETFRR em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET). A efetivação ocorreu por meio do Decreto Presidencial s/n de 13 de novembro de 2002 e da oferta do primeiro curso superior de Tecnologia em Turismo. Com isso, a comunidade interna se adequou ao princípio da verticalização da educação profissional, oferecendo cursos profissionalizantes de nível básico, técnico e tecnológico.

Neste sentido, foram criados e implantados os cursos de graduação: Licenciatura em Educação Física, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Gestão em Serviços de Saúde, Licenciatura em Letras-Espanhol e Literatura Hispânica, Saneamento Ambiental, Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Matemática.

Em 29 de dezembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.892/08, que criou 38 Institutos Federais, entre estes o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro do mesmo ano.

A partir dessa lei ficou instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no âmbito do sistema federal de ensino, vinculada ao MEC. A consolidação dessa nova institucionalidade exigiu mudanças na estrutura organizacional, uma vez que o IFRR possui uma estrutura multicampi, a partir de então a sede do CEFET-RR passou a denominar-se Campus Boa Vista.

1.6. Apresentação do Curso

A criação do Curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola-EAD surgiu em decorrência da elevada demanda pela formação de professores com dupla habilitação nas áreas de Letras – Português e Espanhol para atuarem no Estado de Roraima. O curso foi proposto após estudos e levantamentos que apontaram a necessidade de suprir o Estado com profissionais aptos para a educação básica nessas duas habilitações.

Localizado no Extremo Norte do país, o Estado de Roraima apresenta peculiaridades que lhe conferem uma característica diferenciada, geograficamente, culturalmente e linguisticamente compartilha a tríplice fronteira: Brasil – Venezuela – Guiana –, o Estado

apresenta uma realidade de contatos e fricções culturais e linguísticas constantes, configurando um ambiente multicultural e multilinguístico, o que exige a qualificação de cada vez mais profissionais aptos e capazes de dominar e ensinar as línguas portuguesa e espanhola, uma vez que devido ao processo de migração e recebimento de refugiados venezuelanos, são as línguas mais presentes nas diversas esferas comunicativas.

A formação de profissionais credenciados para o ensino da Língua Portuguesa, Língua Espanhola e de suas respectivas Literaturas é uma necessidade premente para atender às demandas de profissionais habilitados nessas duas áreas de ensino que possam atuar na educação básica. Tal necessidade justifica-se pelo aumento da oferta de matrículas nas redes pública e particular de ensino do Estado de Roraima, além de ser um componente curricular obrigatório da Base Nacional Comum Curricular em todos os níveis e modalidades de ensino. Em relação à Língua Espanhola, justifica-se pela necessidade de reflexão sobre o ensino-aprendizagem da Língua Espanhola e suas Literaturas na Educação Básica, bem como a aproximação linguística e cultural com a Venezuela além do processo migratório vivenciado em Roraima nos últimos anos.

1.7. Contexto na Legislação pertinente

O Curso de Letras do IFRR está amparado na legislação vigente pertinente à sua natureza, a saber:

- I. Lei nº. 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- II. Parecer CNE/CP nº. 9/2001, que estabelece as diretrizes nacionais para a formação de professores da educação básica em nível superior, curso de licenciatura, de graduação Plena;
- III. Resolução CNE/CES nº. 18/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares do Curso de Letras;
- IV. Decreto nº. 9057, de 5 de maio de 2017, que regulamenta o [art. 80 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- V. [Parecer CNE/CP nº 22/2019, aprovado em 7 de novembro de 2019](#) - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação);
- VI. [Resolução CNE/CP nº. 2, de 22 de dezembro de 2017](#) - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica;
- VII. [Resolução CNE/CP nº. 4, de 17 de dezembro de 2018](#) - Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017;
- VIII. [Resolução CNE/CP nº. 2, de 20 de dezembro de 2019](#) - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC - Formação);
- IX. Resolução nº. 1, de 11 de março de 2016 - Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância;
- X. Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

Resolução nº 682/Conselho Superior, de 16 de julho de 2022 - Aprova o Regulamento

- I. sobre a elaboração de Projeto Pedagógico de Cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação do Instituto Federal de Roraima (IFRR);
- II. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- III. Resolução nº558/2021 - CONSUP/IFRR, de 3 de março de 2021. Dispõe sobre a curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Roraima (IFRR).

A formação dos licenciados em Letras pelo IFRR/Campus Boa Vista contempla uma abordagem transversal entre as disciplinas e projetos, em conformidade com a legislação vigente, salientando-se ainda:

1.7.1. Política de atendimento a pessoas com necessidades especiais

O IFRR/Campus Boa Vista conta com o NAPNE - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais, sendo este, em parceria com o corpo docente e demais setores institucionais, os responsáveis pela garantia de acesso e permanência dos educandos com necessidades especiais no espaço educacional do IFRR/Campus Boa Vista. Na perspectiva da educação inclusiva, o Núcleo tem desenvolvido ações em conformidade com o Decreto Federal nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado.

1.7.2. Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena.

Em atendimento à Lei nº 10.639/2003; Lei nº 11.645/2008; Resolução CNE/CP nº 01/2004, as relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, será trabalhado em conteúdos abordados nas disciplinas Sociologia da Educação e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, as quais abordam conteúdos atrelados à riqueza cultural e, também, de comportamentos e hábitos observados na sociedade brasileira, preparando os licenciados em Letras com Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola para o convívio harmônico em uma sociedade multifacetada e, deste modo, habilitando-os para as práticas profissionais e cidadãs.

1.7.3. Libras

Em atendimento ao Decreto nº 5.626/2005, a oferta da disciplina LIBRAS é obrigatória em todos os cursos. Neste caso, a disciplina será ofertada no II módulo do curso, sendo obrigatória a todos os licenciados em Letras com Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola do IFRR/Campus Boa Vista.

1.7.4. Educação Ambiental

Em atendimento à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002; Resolução CNE/CP nº 2/2012, os cursos devem prever em seus projetos o trabalho com Educação Ambiental. A Educação Ambiental será abordada de forma interdisciplinar.

1.7.5. Educação em Direitos Humanos

Em atendimento à Resolução nº 01/2012, os cursos devem atender às Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Nesse caso, o conjunto de conteúdos abordados nas disciplinas Sociologia da Educação e Educação e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena atendem a essa demanda específica.

Por tanto, o Curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola-EAD se pauta na necessidade de trabalhar a licenciatura em uma estrutura com identidade própria, valorizando a formação do professor como profissional do ensino, alicerçado em uma sólida base científica, humanística, ética e democrática.

2. JUSTIFICATIVA

O Projeto do Curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua e Literaturas Portuguesa e Espanhola-EAD surge da necessidade premente de atender às novas demandas do contexto local para a formação de professores para se habilitar em língua portuguesa e língua espanhola.

Tal necessidade surge a partir da reforma da LDB 9394/96, datada do ano de 2017, que desobriga, ou melhor, retira a obrigatoriedade do ensino do espanhol nas escolas de educação básica, entre outras mudanças, causando assim um dos primeiros impactos: a empregabilidade do profissional que, formado pelo curso monolíngue ora oferecido pelo IFRR, queira ser professor.

Após discussões, algumas ações foram definidas em uma reunião, em meados de junho de 2017, sobre o futuro do espanhol, sendo uma delas a discussão dentro do ambiente institucional do IFRR de novos encaminhamentos para redimensionar a formação de

professores na área de linguagem. Essas discussões foram o marco para a evolução das práticas da formação de professores de língua no Instituto Federal de Roraima.

Na sequência das ações foram encaminhadas para a revitalização do curso de Letras Espanhol e Literatura Hispânica, uma delas foi a reunião ampliada de professores da área de linguagem conjuntamente a equipe gestora do *campus* Boa Vista e gestores da Reitoria. Participaram professores de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Língua Espanhola, além de Pedagogos responsáveis e/ou representantes da Direção de Ensino do *Campus* Boa Vista; Pró-reitores das Pró-reitoria de Ensino (PROEN) e da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN); a Diretora Geral do *Campus* Boa Vista; Diretoria do Departamento de Apoio Pedagógico (DAPE); Diretoria de Ensino de Graduação (DEG), que estão envolvidos com o desenvolvimento dos cursos de graduação do IFRR.

Como resultado da reunião citada, duas comissões foram constituídas, uma tratar do projeto Pedagógico do Curso que abarcasse a formação de professores em dupla habilitação e outra que se ocupasse da elaboração do Projeto de Segunda Habilitação em Língua Portuguesa para os nossos egressos.

A proposição ora apresentada segue os termos da Resolução CNE/CP nº 02 de 20 de dezembro de 2019 para a formação de professores, além de atender o princípio da empregabilidade, dada a realidade ocasionada pela mudança da LDB, conforme citado. Assim, a composição multidisciplinar da habilitação visa uma formação acadêmica de cunho crítico e procura responder ao questionamento: *“que tipo de professor de língua portuguesa e de língua espanhola precisamos em uma sala de aula da educação básica”*.

Diante do exposto, o PPC do Curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola-EAD foi organizado para atender à demanda social de Roraima no que tange ao ensino de língua (língua portuguesa, língua espanhola e busca influenciar na qualidade da educação desse estado ao reconhecer o lugar da língua espanhola no currículo de muitas escolas, tanto do sistema estadual como do sistema municipal de educação, garantindo, entretanto, a presença de seus egressos no mundo

do trabalho. A formação de professores de Língua Espanhola também em Língua Portuguesa contribuirá para que esse profissional qualificado possa competir com equidade em sua inclusão no mercado.

Desta forma, o IFRR, oferece o curso na modalidade de ensino a distância, assegurando à sociedade um conjunto de instrumentos educacionais que visam garantir a formação humana e cidadã de professores preparados para o exercício do trabalho. Para tanto, a oferta na modalidade EaD cumpre com o disposto no Plano de Desenvolvimento

Institucional-PDI desta Instituição que prevê o desenvolvimento de políticas de formação inicial e continuada voltadas para inclusão etnossocial.

Em uma perspectiva numérica, cabe ressaltar que o IFRR sai na frente no que se refere a alternativa de atendimento à grande população que ora se apresenta no estado de Roraima, resultante de um processo migratório advindo de países em crise. Justifica-se que com o aumento da demanda escolar, novos professores são chamados para atender um outro perfil de alunos: o aluno migrante. Nesse sentido, tanto a formação na língua espanhola, quanto a formação com base em *uma abordagem em uma língua que acolhe*, poderá contribuir com a diminuição da crise humanitária dentro do Estado de Roraima.

3. OBJETIVOS DO CURSO

3.1. Objetivo Geral

Formar professores licenciados em Letras com habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola para atuarem na Educação Básica combinando a prática docente ao contexto e às necessidades da sociedade.

3.2. Objetivos Específicos

- a) Proporcionar condições teórico-prático-reflexivas para que o futuro professor habilitado em Língua e Literaturas Portuguesa e Espanhola compreenda sua práxis, buscando reconstruí-la continuamente, com vistas a melhorar a qualidade do ensino.
- b) Sistematizar conhecimentos linguísticos, socioculturais e pedagógicos necessários ao ensino das Línguas Portuguesa, Espanhola e suas respectivas Literaturas na educação básica.
- c) Desenvolver atividades que proporcionem a aquisição de habilidades investigativa, criativa e solidária necessárias para intervir positivamente na sua realidade.
- d) Desenvolver estudos e pesquisas sobre a prática pedagógica vivenciada na escola, visando à compreensão e reflexão sobre o cotidiano escolar.
- e) Resgatar a relação técnico-ético-política, subjacente à prática docente, de acordo com as potencialidades e limitações da ação pedagógica desenvolvida nas Instituições de Ensino.
- f) Garantir, no processo de formação, a transversalidade na abordagem teórico-metodológica da ação docente.

4. REGIME LETIVO

O curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola-EaD possui a carga horária total de 3.465 (três mil quatrocentos e sessenta e cinco) horas. O curso será ofertado na modalidade de Educação a Distância, podendo atender todos os municípios do Estado de Roraima com um número de vagas entre 150 e 300 estudantes atendidos. Os períodos letivos estão organizados na forma modular e seu tempo de integralização mínimo é de 4 anos e máximo de 8 anos.

5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

As formas de acesso ao curso foram elaboradas com base na Resolução CONSUP n.º 682/2022, de 16 de julho de 2022, que estabelece procedimentos sobre elaboração de Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação, nas modalidades de ensino presencial e a distância, no âmbito do Instituto Federal de Roraima. Conforme Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019 a 2023), os requisitos mínimos para ingresso no curso superior de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola-EAD do IFRR/Campus Boa Vista, são: ter concluído o Ensino Médio ou equivalente e ter sido aprovado em exame de processo.

O acesso ao curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola-EAD, ocorre mediante processo seletivo e/ou vestibular, pautado nos princípios institucionais, de acordo com a legislação vigente, e presente em edital próprio, sendo realizadas entradas de acordo com as vagas disponíveis.

Conforme PDI (2019 a 2023), os educandos ingressam no IFRR/Campus Boa Vista por meio de processos seletivos promovidos de acordo com a Lei n.º 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, e ao Decreto n.º 7.824/2012, que regulamenta a citada lei. O referido decreto determina que os editais dos concursos seletivos das instituições federais de educação indicarão, de forma discriminada, por curso e turno, o número de vagas reservadas. O IFRR/Campus Boa Vista, do total de vagas ofertadas, reserva vagas às ações afirmativas e de inclusão social pelo sistema de cotas.

6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O egresso do curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola desenvolvido pela Diretoria de Educação a Distância do IFRR, estão habilitados a atuar como professores dos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Respectivas Literaturas em instituições educacionais da rede de ensino pública e privada.

Poderão atuar ainda em atividades de pesquisa, na prestação de serviços de revisão e consultoria linguística e textual às editoras e empresa de tradução, atividades políticas/culturais e atuar, em atendimento ao projeto pedagógico das escolas, nas séries iniciais com a língua materna e a língua espanhola.

O licenciado, verticalizando seus estudos a uma especialização, mestrado e/ou doutorado, poderá ainda desenvolver docência no Ensino Superior, bem como, pesquisas em instituições de diversas naturezas tais como escolas, bibliotecas, centros e instituições de pesquisa, organizações não governamentais (Ongs), dentre outras.

Assim o perfil deste profissional deverá incluir as seguintes competências nas Línguas Portuguesa, Espanhola e suas respectivas Literaturas:

- a) Fazer uso das quatro habilidades linguísticas orais e escritas (compreensão, escrita, compreensão auditiva, expressão escrita e expressão oral) com proficiência, a fim de produzir discursos (escritos e orais em situações de comunicação diversas);
- b) Consciência das variedades linguísticas e culturais e postura crítica em relação à variedade de teorias sobre a linguagem;
- c) Compreensão do processo de aquisição de linguagem, aliada a uma visão crítica sobre metodologias para o ensino de língua materna e estrangeira, na educação e em outras instâncias em que atuar;
- d) Olhar crítico e domínio dos conhecimentos específicos em prol do trabalho interdisciplinar e em cooperação no contexto em que atuar;

Analisar, selecionar e produzir materiais didáticos para o ensino de línguas,

- a) Levando em conta a importância dos aspectos culturais das sociedades que a falam;
- b) Adotar estratégias de aprendizagem continuada, de aquisição e utilização de novas tecnologias, reconhecendo a sua prática profissional também como fonte de produção de conhecimento;
- c) Capacidade de empreender investigação do processo educacional, desde o planejamento, passando pelo acompanhamento, registro em portfólio ou equivalente, avaliação e divulgação dos resultados, com vistas a melhorar a prática docente;
- d) Atenção em relação às questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural, como princípios de equidade;
- e) Desenvolver estratégias de ensino que favoreçam a criatividade, a autonomia e a flexibilidade do pensamento linguístico dos estudantes, buscando trabalhar com ênfase nos usos da língua viva e multicultural.

As competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos graduandos devem ainda ser consonantes com as determinadas pela Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica:

1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem, colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A proposta pedagógica deste curso tem sua estrutura curricular organizada segundo as orientações do Resolução CNE/CP nº 02 de 20 de dezembro de 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. O currículo do curso está organizado por módulos, na modalidade de ensino a distância.

Ainda, em conformidade com a Resolução CNE/CP nº 02 de 20 de dezembro de 2019, que estabelece o mínimo de 3.200 horas para licenciatura, este curso possui a carga horária total de 3.465 horas, sendo 810 horas (oitocentos e dez) horas/aulas para o Núcleo de estudos de formação geral e humanística, 1.770 (mil setecentos e setenta) horas para o Núcleo de estudos de formação específica, e 885 (oitocentos e oitenta e cinco) horas para o Núcleo de estudos de formação complementar/integradora vivenciadas ao longo do curso.

7.1. Grupos De Formação

Como explicitado anteriormente, os estudos estão organizados dentro dos núcleos de: Formação Geral e Humanística, Formação Específica e Formação

7.2 Grupo de estudos de formação geral e humanística

Espera-se que as disciplinas da

Formação Geral e Humanística propiciem as seguintes dimensões na formação dos educadores:

a) humana: favorecer o desenvolvimento do ser humano e a visão de mundo, de cultura e de ética, em que o homem seja o centro do processo e sujeito do aprendizado, dominando os aspectos filosóficos, psicológicos, históricos e sociológicos da educação;

b) Técnico-Pedagógica: garantir o conhecimento específico, imprescindível à formação do professor, a sua prática pedagógica nas áreas de habilitação e a visão interdisciplinar do ensino. O profissional de Letras deve ser capaz de:

- Utilizar com eficácia a língua materna e a língua estrangeira como instrumento de acesso à pesquisa científica e como meio de comunicação nas suas formas oral e escrita;

- Desempenhar seu papel de agente transformador da sociedade, capaz de reconhecer situações e possibilidades de uso das línguas materna e estrangeira e suas variantes;

- Conhecer a língua materna e a estrangeira e sua evolução histórica e social, relacionando-as aos valores culturais, garantidores de identidade nacional;

-Obter conhecimentos estéticos, históricos e ideológicos que possibilitem entender as literaturas como processo de aquisição daquilo que é essencial para compreender o papel das literaturas na história das civilizações, no sentido em que ela irá configurar as culturas e as obras de arte literária;

-Dominar as principais teorias que embasam o campo da educação;

-Ter conhecimento e domínio das técnicas didático-pedagógicas, de modo a enriquecer, facilitar e promover o processo de ensino-aprendizagem.

c) Da Pesquisa: assumir uma postura científica diante da realidade, questionar, analisar e sintetizar, de forma sistemática e objetiva, e contribuir para a construção geral do conhecimento, já que entendemos que todo professor é também um pesquisador.

d) Político-Social: propiciar o conhecimento das concepções de sociedade, de homem e de educação na perspectiva social, que permita a construção de uma nova modalidade social, que supere as estruturas obsoletas e opressivas.

7.3. Grupos de Estudo de Formação Específica

7.3.1. Currículo de Língua Portuguesa e Linguística

Dados os objetivos próprios do curso (desenvolvimento do potencial de leitura, escrita e análise de fatos de linguagem), este núcleo deve ter três módulos de disciplinas: **(a) Produção de textos; (b) Linguística; (c) Língua Portuguesa**. Estes três módulos têm como objetivo: - Viabilizar ao acadêmico o desenvolvimento da leitura e da escrita a partir do constante trabalho com textos literários e não literários de diferentes tipos/gêneros. Para isso, o primeiro ano do curso contará com duas disciplinas de produção de textos e leitura, as quais deverão estar articuladas num projeto de multiletramentos, que será desenvolvido de forma interdisciplinar, cujo objetivo é o de oferecer condições para que o acadêmico desenvolva e aprimore as habilidades de leitura e escrita. Os aspectos gramaticais da língua serão mobilizados de forma contextualizada/reflexiva;

- Dar uma formação geral em linguística envolvendo o conhecimento sobre linguística geral, questões de discurso e texto e de aspectos sociais da linguagem, a fim de possibilitar a reflexão sobre as relações da linguagem com a cultura, a história e a sociedade. Isso se articulará diretamente com as questões do primeiro destes módulos de disciplinas bem como com o terceiro, oportunizando aos futuros professores uma formação teórica que amplie a linguagem para além do normativismo. Nas disciplinas deste módulo, espera-se que o graduando venha a conhecer concepções fundamentais da linguística moderna, de forma a construir um conhecimento sobre a linguagem que lhe possibilite pensar a estrutura linguística, a relação de seu funcionamento com as condições de produção linguística, a aquisição da linguagem, e a questão do sujeito na/da/pela linguagem;

- Fazer da análise da Língua Portuguesa o lugar de aprendizado de novos conhecimentos produzidos pelas disciplinas linguísticas. Inclui-se, aqui, a reflexão sobre a história da língua e as questões de política linguística e suas relações com a diversidade linguística que toda língua apresenta, sendo importante não deixar de lado as questões de política das línguas, tanto para pensar de modo crítico a relação entre as variedades do português, como para relacionar o português com outras línguas, como as línguas indígenas e o espanhol (também em suas variedades). Outro aspecto é colocar os futuros professores em contato com as referências bibliográficas consolidadas nos estudos sobre o português, já disponíveis. Ou seja, é preciso constituir uma série de disciplinas de Língua Portuguesa (fonética/fonologia, morfologia, sintaxe, semântica) que favoreça não apenas a um ensino normativista, mas também o desenvolvimento de competências e habilidades que contribuam para que o futuro professor desenvolva a capacidade de compreender o funcionamento de fenômenos linguísticos, para além do binômio “certo/errado”.

As disciplinas de Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa e Literatura I e II deverão oportunizar vivências e reflexões metodológicas e didáticas de forma a contribuir para a formação pedagógica plena do futuro professor, principalmente por ser um momento em que o acadêmico unirá os conhecimentos construídos oriundos da experiência acadêmica com as atividades práticas.

O estudo dessa unidade representa, portanto, o lugar de formação do graduando que o direciona para o aprimoramento do potencial de análise de fenômenos da linguagem, o qual poderá ser transportado para o estudo da Língua Espanhola ou de línguas de outras regiões brasileiras.

7.3.2. Currículo de Literaturas de Língua Portuguesa

O estudo da literatura no curso se estrutura: nos estudos de teoria literária, estudos das literaturas de Língua Portuguesa e ensino da literatura. Em todas elas, tem-se como objetivo fundamental o desenvolvimento de habilidades de leitura, no intuito da construção da autonomia de leitura do estudante.

As disciplinas de teoria literária, por sua vez, são pensadas com o objetivo de dar seguimento a essa primeira formação, de forma gradativa e propiciando o desenvolvimento do pensamento teórico e o aguçamento da percepção para o uso criativo da linguagem. O estudo da teoria deve se dar, portanto, de tal forma que os elementos da composição literária constituam parte integrante do mesmo processo de amadurecimento do leitor literário e não apenas como repetição e memorização de conceitos e tipologias já definidos e transmitidos pela tradição. O desenvolvimento do pensamento teórico e o conhecimento de aspectos elementares da forma artística permitirão ao acadêmico tornar-se mais autônomo e confiante para abordagem do texto literário, na medida em que perceba que toda tipologia é arbitrária, ou seja, é produto da criação do pensamento teórico e não um dado que deva ser assimilado como técnica repetitiva.

Já os estudos das literaturas de Língua Portuguesa foram pensados de forma que a metodologia se distanciasse de uma perspectiva mais tradicional de ensino, que se baseava em valores estéticos e temporais ligados à tradição da crítica literária ocidental (estudo da sequência de movimentos estéticos como Trovadorismo, Barroco, Arcadismo etc.) e ao nacionalismo literário (literaturas brasileira e portuguesa). Isso não quer dizer que esses conteúdos não estejam previstos, no entanto, eles apenas não são tomados como os principais orientadores da leitura dos textos e da organização curricular.

A organização do conteúdo prevê uma abrangência espaço-temporal maior, o que permite ter maior percepção das continuidades históricas e da diversidade cultural que caracteriza a produção literária de Língua Portuguesa. Temas transversais como a colonização e o pós-colonialismo permitem, ao mesmo tempo, tratar das semelhanças entre os processos históricos vividos pelos países que falam a Língua Portuguesa e das diferentes formas de realização artística que cada país/contexto apresentou. Além disso, a variedade de leituras possíveis, uma vez que se lida com diversas culturas em momentos distintos da história, permite uma maior flexibilidade na escolha do repertório a ser trabalhado.

Colonialismo e pós-colonialismo, por sua vez, abrem caminho para reflexões importantes que contemplam o estudo sobre direitos humanos, a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual e religiosa, temas passíveis de observação em toda a produção literária de Língua Portuguesa, desde o período colonial, passando pela formação da nacionalidade e a abertura a valores modernos e contemporâneos. Dessa forma, é possível rever, sob uma outra ótica, a partir dos estudos literários, a história das culturas, em especial,

no caso da literatura produzida no Brasil, as culturas afro-brasileira e indígena.

Durante o Estágio Curricular Supervisionado, buscaremos desenvolver práticas docentes que estimulem o gosto pela leitura da literatura, buscando, assim como o curso se propôs a fazer com seus ingressantes, desenvolver a autonomia de leitura e a percepção para o uso criativo da linguagem, de forma adequada ao contexto em que se irá trabalhar, em especial nos ensinamentos Fundamental e Médio.

Por fim, é importante ressaltar que apenas o contato com o repertório e o diálogo com leitores mais experientes, sem um trabalho direcionado ao desenvolvimento das habilidades necessárias para apreciar esse repertório, não garante o amadurecimento do leitor, ou, pelo menos, não em tempo hábil, considerando-se as imposições institucionais. Como processo natural, o amadurecimento do leitor se dá livremente, conforme seus interesses, suas escolhas e sua disponibilidade, no entanto, nem sempre esse tempo coincide com o tempo de duração de um curso de graduação e, portanto, é necessário um trabalho que seja deliberadamente voltado para esse amadurecimento, como necessidade de formação continuada do profissional da linguagem, especialmente o professor.

7.3.3. Currículo de Língua Espanhola

Estudar/aprender uma língua estrangeira pode ser entendido como um gesto de ampliar saberes (e, por consequência, de aumentar relações entre conhecimentos) referentes a um repertório de conteúdos específicos da língua (léxico, sintaxe oracional e textual componentes gramaticais em geral), mas também relacionados a um campo vasto de conhecimentos, como cultura, história, costumes, epistemologias diversas, que as línguas, como dispositivos simbólicos e subjetivos (porque inerentes a sujeitos) produzem e colocam em circulação por meio de uma diversidade de gêneros textuais. Partindo desse pressuposto, o ensino da Língua Espanhola no Curso de Letras DEAD/IFRR foi pensado a partir de dois grandes eixos entrelaçados, isto é, não isolados, mas em constante diálogo:

- **Eixo de conteúdo específicos, didáticos e aplicados da Língua Espanhola**, no intuito de viabilizar ao aprendiz o conhecimento do idioma e de suas estruturas, o desenvolvimento da capacidade de leitura e compreensão oral em Língua Espanhola; a expressão oral e escrita através do idioma, o conhecimento de concepções de linguagens e de abordagens de ensino da língua estrangeira para serem aplicadas tanto ao ensino básico como em outros campos de atuação do futuro professor; o conhecimento dos aspectos pedagógicos, epistemológicos e socioculturais no ensino-aprendizagem de línguas mediado pelas Tecnologias da Informação. Os conteúdos referentes a esse eixo serão desenvolvidos em disciplinas específicas da Língua Espanhola; nas disciplinas de Estágio Supervisionado de Língua Espanhola I e II; nas diversas disciplinas dos fundamentos da educação presentes no currículo do curso; e também abarcar: o processo de constituição do sujeito; as comunidades discursivas das quais fazem parte, suas crenças, questões de proficiência; imperialismo e política linguística; a concepção de espanhol padrão versus o reconhecimento da heterogeneidade de povos e culturas e, consequentemente, da linguagem.

- **Eixo de saberes históricos, culturais, epistemológicos, literários, políticos, de educação ambiental**, entre outros, os quais, para serem desenvolvidos pelo aprendiz, pressupõem um olhar para a Língua Espanhola como meio (de trânsito a outras áreas do saber) e fim (como mecanismo simbólico de materialização de saberes a partir de suas estruturas funcionais). O desenvolvimento desses outros conhecimentos ocorrerá por meio das próprias disciplinas específicas de Línguas Espanhola, as quais estão pensadas a partir de ênfase em conhecimentos linguísticos, sociais e culturais inter-relacionados, das disciplinas de Literaturas de Língua Espanhola, e mediante atividades interdisciplinares como as práticas curriculares semestrais, que se realizarão através da ação e atuação conjuntas de diversos professores de diferentes áreas do Curso de Letras.

7.4 Matriz Curricular

Segue a Matriz Curricular conforme a estruturação dos grupos de estudos:

GRUPO I - FORMAÇÃO GERAL E HUMANÍSTICA			
Área	Disciplina	CH	PRÉ-REQUISITO
Ciências Humanas	Filosofia da Educação	60	Não Possui
	Sociologia da Educação	60	Não Possui
	Psicologia da Educação	60	Não Possui
	História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	45	Não Possui
	Educação Especial na Perspectiva da inclusão	60	Não Possui
	Ensino Híbrido e as TIC	60	Não Possui
Linguística, Letras e Artes	Leitura e Produção de Textos I	60	Não Possui
	Leitura e Produção de Textos II	45	Não possui
Ciências Humanas I	Didática I	60	Não Possui
	Didática II	60	Não Possui

	Metodologia e Técnicas de Pesquisa	60	Não Possui
	Organização e Políticas Educacionais	60	Não Possui
	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	60	Não Possui
Ciências Exatas e da Terra I	Introdução à EaD: Linguagem e Tecnologia	60	Não Possui
	Total	810	

GRUPO II – FORMAÇÃO ESPECÍFICA			
Área	Disciplina	CH Total	PRÉ-REQUISITO
Linguística, Letras e Artes	História da Língua Portuguesa	60	Não Possui
Linguística, Letras e Artes	Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa	60	Não Possui
Linguística, Letras e Artes	Morfologia da Língua Portuguesa	60	Não Possui
Linguística, Letras e Artes	Sintaxe da Língua Portuguesa I	60	Não Possui
	Sintaxe da Língua Portuguesa II	60	Língua Portuguesa: Sintaxe I
Linguística, Letras e Artes	Introdução aos Estudos da Linguagem	60	Não Possui
	Linguística Geral	60	Introdução aos Estudos da Linguagem
	Sociolinguística da Língua Portuguesa	45	Não Possui
Linguística, Letras e Artes	Teoria Literária I	60	Não Possui
	Teoria Literária II	45	Não Possui
Linguística, Letras e Artes	Literatura Regional	60	Não Possui
Linguística, Letras e Artes	Literatura Portuguesa I	60	Não Possui
	Literatura Portuguesa II	60	Não Possui
	Literatura Portuguesa III	60	Não Possui
Linguística, Letras e Artes	Literatura Brasileira I	60	Não Possui
	Literatura Brasileira II	60	Não Possui
	Literatura Brasileira III	60	Não Possui
	Literatura Brasileira IV	60	Não Possui
Linguística, Letras e Artes	Língua Espanhola I	60	Não Possui
	Língua Espanhola II	60	Não Possui
	Língua Espanhola III: Fonética e Fonologia	60	Não Possui
	Língua Espanhola IV	60	Língua Espanhola: Ênfase em Fonética e Fonologia

	Língua Espanhola V	60	Língua Espanhola: Ênfase em Morfossintaxe I
Linguística, Letras e Artes	Língua Espanhola VI	60	Língua Espanhola: Ênfase em Fonética e Fonologia
	Língua Espanhola VII	60	Língua Espanhola: Ênfase em Morfossintaxe I
Linguística, Letras e Artes	Literatura Espanhola	60	Não Possui
	Literatura Hispanoamericana I	60	Não Possui
	Literatura Hispanoamericana II	60	Não Possui
Linguística, Letras e Artes e Ciências Humanas	Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I)	60	Ter cursado 50% da carga horária do curso
	Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II)	60	Trabalho de Conclusão de Curso I
	Total	1770	

GRUPO III – FORMAÇÃO COMPLEMENTAR/INTEGRADORA			
Área	Disciplina	CH Total	PRÉ-REQUISITO
Linguística, Letras e Artes	Introdução ao Estágio Curricular Supervisionado	60	Ter cursado 50% da carga horária do curso
	Estágio Curricular Supervisionado de Língua Portuguesa e Literatura I	90	Introdução Estágio Curricular Supervisionado
	Estágio Curricular Supervisionado de Língua Portuguesa e Literatura II	90	Estágio Curricular Supervisionado de Língua Portuguesa e Literatura I
	Estágio Curricular Supervisionado de Língua Espanhola I	95	Introdução ao Estágio Curricular Supervisionado
	Estágio Curricular Supervisionado de Língua Espanhola II	90	Estágio Curricular Supervisionado de Espanhola I
	Prática como Componente Curricular I	100	-
	Prática como Componente Curricular II	100	Não Possui
	Prática como Componente Curricular III	100	Não Possui
	Prática como Componente Curricular VI	100	Não Possui
	Atividades Complementares	60	-
	Total	885	

	CH
Núcleo de estudos de formação geral e humanística	810
Núcleo de estudos de formação específica	1770
Núcleo de estudos de formação complementar/integradora	885
Total	3465

Matriz Curricular Organizada Por Semestres

SEM/MÓD	DISCIPLINAS	C.H.T	C.H.D	C.H.P	C.H.E
1º	Introdução à EaD: Linguagem e Tecnologia	60	42	18	-
	Filosofia da Educação	60	42	18	-
	História da Língua Portuguesa	60	42	18	-
	Metodologia e Técnicas de Pesquisa	60	42	18	10
	Língua Espanhola I	60	42	18	-
	Leitura e Produção de Textos I	60	42	18	10
	TOTAL	360	252	102	20
2º	Leitura e Produção de Textos II	45	31	14	10
	Sociologia da Educação	60	42	18	-
	Língua Espanhola II	60	42	18	-
	Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa	60	42	18	10
	Teoria Literária I	60	42	18	10
	Didática I	60	42	18	10
	Prática como Componente Curricular I	100	70	30	30
TOTAL	445	311	134	70	
3º	Psicologia da Educação	60	42	18	10
	Língua Espanhola III: Fonética e Fonologia	60	42	18	10
	Morfologia da Língua Portuguesa	60	42	18	-
	Teoria Literária II	45	31	14	-
	Introdução aos Estudos da Linguagem	60	42	18	-
	Didática II	60	42	18	10
	Literatura Portuguesa I	60	42	18	-
TOTAL	405	283	122	30	
4º	História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	45	31	14	5
	Língua Espanhola IV	60	42	18	10
	Literatura Regional	60	42	18	10
	Linguística Geral	60	42	18	-
	Introdução ao Estágio Curricular Supervisionado	60	-	60	-
	Educação Especial na Perspectiva da Inclusão	60	42	18	-
	Literatura Portuguesa II	60	42	18	-
	Prática como Componente Curricular II	100	70	30	30
TOTAL	505	311	194	55	
5º	Sociolinguística da Língua Portuguesa	45	31	14	5
	Língua Espanhola V	60	42	18	-
	Sintaxe da Língua Portuguesa I	60	42	18	10
	Literatura Portuguesa III	60	42	18	10
	Estágio Curricular Supervisionado de Língua Portuguesa e Literatura I	90	-	90	-
	Literatura Brasileira I (10h)	60	42	18	-
TOTAL	375	199	176	25	
6º	Organização e Políticas Educacionais	60	42	18	-
	Língua Espanhola VI	60	42	18	-
	Sintaxe da Língua Portuguesa II	60	42	18	10
	Literatura Espanhola	60	42	18	-
	Literatura Brasileira II	60	42	18	10
	Estágio Curricular Supervisionado de Língua Portuguesa e Literatura II	90	-	90	-
	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	60	42	18	10
	Prática como Componente Curricular III	100	70	30	30
TOTAL	550	322	228	50	
7º	Língua Espanhola VII	60	42	18	15
	Literatura Brasileira III	60	42	18	-
	Estágio Curricular Supervisionado de Língua Espanhola I	95	-	95	-
	Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I)	60	42	18	-
	Literatura Hispano-americana I	60	42	18	15
	Ensino Híbrido e as TIC	60	42	18	15

	TOTAL	395	210	174	45
8º	Literatura Hispano-americana II	60	42	18	15
	Estágio Curricular Supervisionado de Língua Espanhola II	90	-	90	-
	Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II)	60	42	18	-
	Literatura Brasileira IV	60	42	18	-
	Prática como Componente Curricular IV	100	70	30	30
	Atividades Acadêmicas Científicas e Culturais AACCs	60	-	-	-
	TOTAL	430	196	174	45
	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	3465	2084	1304	350

C.H.T=Carga Horária Total

C.H.D=Carga Horária a Distância

C.H.P= Carga Horária Presencial

C.H.E=Carga Horária de Extensão

7.5. Curricularização Da Extensão

O Projeto Pedagógico do Curso de Letras cumpre o estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais. Considerando a necessidade de promover e creditar as práticas de Extensão universitárias e garantir as relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais da Universidade e da sociedade. Esse PPC se fundamenta no princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, previsto no art. 207 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; na concepção de currículo estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.364/96); na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014/2024 (Lei nº 13.005/2014); na Resolução nº 07 de 2018 do Conselho Nacional de Educação e na Política de Extensão e Cultura da Unemat de modo a reconhecer e validar as ações de extensão institucionalizadas como integrantes da grade curricular do Curso de Letras.

A Creditação de Extensão é definida como o registro de Atividades Curriculares de Extensão no Histórico Escolar, nas diversas modalidades extensionistas, com escopo na formação dos alunos. Para fim de registro considera-se a Atividade Curricular de Extensão – ACE - a ação extensionista institucionalizada na Pró-reitoria de Extensão do IFRR, nas modalidades de projeto, curso e evento, coordenado pelo Coordenador do Curso, uma vez que este é o único docente efetivo vinculado ao Curso de forma regular. As ACE's fazem parte da matriz curricular deste PPC e compõe, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular. Este curso Letras/Espanhol garante ao discente a participação em quaisquer atividades de Extensão, respeitados os eventuais pré-requisitos especificados nas normas pertinentes. O discente deve atuar integrando a equipe no desenvolvimento das atividades curriculares de extensão (ACE's), nas seguintes modalidades:

- I. Em projetos de Extensão, como bolsista ou não, nas atividades vinculadas;
- II. Em cursos, na organização e/ou como ministrantes;
- III. Em eventos, na organização e/ou na realização.

As ACE's serão registradas no histórico escolar dos discentes como forma de seu reconhecimento formativo, e deve conter título, nome do coordenador, IES de vinculação, período de realização e a respectiva carga horária.

7.6. Representação Gráfica Do Processo Formativo

DISCIPLINAS POR MÓDULO							
MÓDULO I 360h	MÓDULO II 445h	MÓDULO III 405h	MÓDULO IV 505h	MÓDULO V 375h	MÓDULO VI 550h	MÓDULO VII 395h	MÓDULO VIII 430h
Introdução à EaD: Linguagem e Tecnologia (60h)	Leitura e Produção de Textos II (45h)	Psicologia da Educação (60h)	História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (45h)	Sociolinguística da Língua Portuguesa (45h)	Organização e Políticas Educacionais (60h)	Língua Espanhola VII (60h)	Literatura Hispanoamericana II (60h)
Leitura e Produção de Textos I (60h)	Sociologia da Educação (60h)	Língua Espanhola III: Fonética e Fonologia (60h)	Língua Espanhola IV (60h)	Língua Espanhola V (60h)	Língua Espanhola VI (60h)	Literatura Brasileira III (60h)	Estágio Curricular Supervisionado de Língua Espanhola II (90h)
Filosofia da Educação (60h)	Língua Espanhola II (60h)	Morfologia da Língua Portuguesa (60h)	Literatura Regional (60h)	Sintaxe da Língua Portuguesa I (60h)	Sintaxe da Língua Portuguesa II (60h)	Estágio Curricular Supervisionado de Língua Espanhola I (95h)	Literatura Brasileira IV (60h)
Língua Espanhola I (60h)	Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa (60h)	Teoria Literária II (45h)	Linguística Geral (60h)	Literatura Portuguesa III (60h)	Literatura Espanhola (60)	Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC) (60h)	Trabalho de Conclusão de Curso II (60h)
História da Língua Portuguesa (60h)	Teoria Literária I (60h)	Introdução aos Estudos da Linguagem (60h)	Introdução ao Estágio Curricular Supervisionado (60h)	Estágio Curricular Supervisionado de Língua Portuguesa e Literatura I (90h)	Literatura Brasileira II (60h)	Literatura Hispanoamericana I (60h)	Prática como Componente Curricular IV (100h)
Metodologia e Técnicas de Pesquisa (60h)	Didática I (60)	Didática II (60h)	Educação Especial na Perspectiva da Inclusão (60h)	Literatura Brasileira I (60h)	Estágio Curricular Supervisionado de Língua Portuguesa e Literatura II (90h)	Ensino Híbrido e TIC (60h)	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais - AACC: (60)
---	Prática como Componente Curricular I (100h)	Literatura Portuguesa I (60h)	Literatura Portuguesa II (60h)	---	Língua Brasileira de Sinais (Libras) (60h)	---	---
---	---	---	Prática como Componente Curricular II (100h)	---	Prática como Componente Curricular III (100h)	---	---

Legenda:	Núcleo de estudos de formação geral e humanística
	Núcleo de estudos de formação específica
	Núcleo de estudos de formação complementar/integradora

<p>BÁSICA: BASSETO, B. F. Elementos de Filologia Românica: história externa das línguas românicas. São Paulo: Edusp, 2013. BASSO, R. M. Descrição do Português Brasileiro. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2019. BASSO, R. M.; GONÇALVES, R. T. História concisa da língua portuguesa. Petrópolis (RJ): Vozes 2014.</p> <p>COMPLEMENTAR: CASTILHO, A. T. Nova Gramática do português brasileiro. 1.ed. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012. FARACO, C. A. História do português. São Paulo: Parábola Editorial, 2019. FARACO, C. A. História sociopolítica da língua portuguesa. São Paulo: Parábola Editorial, 2016. MARIANI, B. Colonização linguística. Campinas (SP): Pontes, 2004. TEYSSIER, P. História da Língua Portuguesa. São Paulo: Martins Fontes, 2007. CARDEIRA, E. O essencial sobre a História do Português. Lisboa: Caminho, 2006.</p>

4. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 10h
<p>A organização da vida de estudos na universidade. Gêneros discursivos científicos. Leitura e documentação. Ciência e conhecimento científico. Citação e Plágio. Problema e hipótese. Objetivos de pesquisa. Metodologias de pesquisa. Instrumentos de coleta de dados. Métodos para análise de dados. Trabalhos científicos e acadêmicos. Normas Técnicas (ABNT) aplicáveis à produção e apresentação de trabalhos acadêmicos e científicos usando textos, preferencialmente, de possíveis disciplinas anteriores ou posteriores (Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, História e Cultura Afro-Brasileira).</p>	
REFERÊNCIAS:	
<p>BÁSICA: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520 Informação e documentação – Apresentação de citações _____. NBR 6023 Informação e documentação – Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: 2002. _____. NBR 6028 Resumos. Rio de Janeiro: 1990. _____. NBR 14724 Informação e documentação – Trabalhos Acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.</p>	
<p>COMPLEMENTAR: CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014. PEREIRA FILHO, J. Metodologia do trabalho científico: da teoria à prática. Tangará da Serra: Sanches, 2013. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002. em documentos. Rio de Janeiro: 2002.</p>	

5. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
LÍNGUA ESPANHOLA I	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 00h
<p>Ensino-aprendizagem da língua: Primeiros contatos com aspectos linguísticos, socioculturais e pragmáticos do mundo hispânico com ênfase ao desenvolvimento das quatro destrezas linguísticas: compreensão leitora e auditiva, produção oral e escrita. Introdução à história da língua espanhola e às suas variantes linguísticas. Introdução aos aspectos socioculturais e linguísticos dos países hispanofalantes. A língua espanhola no mundo. Conhecimento e aplicação das estruturas linguísticas, comunicativas e gramaticais essenciais à prática oral iniciante e à escrita básica pertencentes aos registros culto e coloquial.</p> <p>Prática docente: Observação da prática docente, registro e análise de tal prática com o fim de adequar a metodologia à especificidade do desempenho do grupo.</p>	
REFERÊNCIAS:	

<p>BÁSICA: ALVES, Adda-Nari M. Mucho: español para brasileños: vol. único. São Paulo: Moderna, 2000. HERMOSO, Alfredo Gonzáles. Conjugar es fácil en español. Madrid: Edelsa grupo Didascalía, 2011. JACOBI, Claudia; MELONE, Enrique; MENON, Lorena. Gramática en contexto: curso de gramática para comunicar. Madrid: Edelsa grupo Didascalía, 2011.</p> <p>COMPLEMENTAR: DIAZ, Miguel; TALAVERA, Garcia. Dicionário Santillana. São Paulo: Moderna, 2003 MARTINEZ, Ron; ARIAS, Sandra di Lullo. Como escrever tudo em espanhol: escreva a coisa certa em qualquer situação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002. MASIP, Vicente. Gramática histórica portuguesa e espanhola: um estudo sintético e contrastivo. São Paulo: EPU, 2003. SANCHEZ, Aquilino; CANTOS, Pascual. 450 ejercicios gramaticales. Madrid: SGEL, 2008. SARMIENTO, Ramón. Gramática progresiva: de español para extranjeros. 6. ed. Madrid: Sociedad General Espanola de Librería, 2007.</p>

6. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO I	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 10h
<p>Leitura e produção de textos verbais, não-verbais impressos e digitais, a partir das perspectivas sociointeracionista e discursiva da linguagem, contemplando análise textual, escrita e reescrita de diferentes gêneros textuais nas mais diversas esferas enunciativas e de variedades linguísticas. Práticas de leitura e interpretação de textos: ato de sublinhar, buscar palavras e ideias-chave, reconhecendo os recursos linguísticos necessários a uma compreensão ampla do tecido textual. Fundamentos da escrita e dos padrões de textualidade em Língua Portuguesa, com foco na produção de textos acadêmicos e científicos-tecnológicos tais como esquemas, fichamentos, resumos, resenhas, artigos, memoriais e relatórios. Fundamentos da comunicação oral, oratória, retórica e eloquência com fins de propagação dos resultados de projetos e da pesquisa na linguagem científica.</p>	
REFERÊNCIAS:	
<p>BÁSICA: CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. xxxvii, 762 p. (Obras de referência). GARCIA, O.M.. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. SILVA, E.T.da. O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>COMPLEMENTAR: BECHARA, Evanildo. Gramática Fácil. Editora Nova Fronteira. 1.ed. 2017. 208p. BLIKSTEIN, I. Técnicas de comunicação escrita. 2.ed. Editora Contexto, 2016. 128p. SOARES, M. Linguagem e escola: uma perspectiva social. 12.ed. São Paulo, 1994. SOLÉ, I. Estratégias de leitura. 6.ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998. VANOYE, F.; OSAKABÉ, H.. Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita. 11.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.</p>	

MÓDULO II

7. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO II	Carga Horária Total: 45h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 10h
<p>Situando a Linguística Textual. Conceitos fundamentais: texto, discurso e fatores de textualidade. Anáfora, Catáfora e Déixis. Máximas conversacionais. Implícitos linguísticos e pragmáticos com aplicação desses conceitos à produção e recepção textual. Elementos envolvidos na Leitura. Orientação Argumentativa. Conceitos e funcionalidade dos Gêneros Textuais. Análise e interpretação dos mecanismos intervenientes na leitura e produção do texto oral e escrito, do linguístico e do não linguístico.</p>	
REFERÊNCIAS:	

<p>BÁSICA: CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. xxxvii, 762 p. (Obras de referência). GARCIA, O.M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. SILVA, E.T.da. O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>COMPLEMENTAR: FÁVERO, Leonor Lopes. Linguística textual. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A Coerência textual. São Paulo: Contexto, 2006. _____. A Coesão textual. 7. ed. São Paulo: Contexto, 1994. MANZANO, José Augusto N. G. Estudo dirigido de linguagem C. 15. ed. rev. São Paulo: Érica, 2012. VANOYE, Francis. Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita. 13. ed. São Paulo: Martins Fontes.</p>
--

8. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 00h
Educação e sociedade. O estudo sociológico da escola como instituição social. O processo de socialização e seus diferentes aspectos socioculturais. Os fatos sociais: inclusão/exclusão social, relações de saberes/poderes e reprodução de diferenças traduzidas em desigualdades na escola. Categorias de análise: classes, deficiências, gênero, raça/etnia e gerações. Abordagem interdisciplinar da educação na perspectiva das áreas de Sociologia e Antropologia em articulação com a área da Linguagem e área da Educação.	
REFERÊNCIAS:	
<p>BÁSICA: BERGER, P.; LUCKMANN, T. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Vozes Rio de Janeiro, 1997. BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Tradução Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1992. DUBET, F. A escola e a exclusão. Cadernos de Pesquisa. no.119, Fundação Carlos Chagas: São Paulo, 2003.</p> <p>COMPLEMENTAR: FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões. Petrópolis, Vozes, 1984. TREVISAN, T. V. SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Artes e Letras. Curso de Graduação em Letras / Espanhol e Literaturas, 2010.</p>	

9. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
LÍNGUA ESPANHOLA II	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 00h
<p>Ensino-aprendizagem da língua: Ampliação do estudo das estruturas linguísticas e comunicativas de nível básico, pertencentes aos registros culto e coloquial da língua espanhola. Ênfase na aquisição e correção da pronúncia. Estudos de aspectos das culturas da língua espanhola. Sistematização de questões ortográficas. Noções de usos e valores dos modos e tempos verbais.</p> <p>Prática docente: Observação da prática docente, registro e análise da mesma com o fim de adequar a metodologia à especificidade do desempenho do grupo.</p>	
REFERÊNCIAS:	
<p>BÁSICA: ALVES, Adda-Nari M. Mucho: español para brasileños: vol. único. São Paulo: Moderna, 2000. HERMOSO, Alfredo Gonzáles. Conjugar es fácil en español. Madrid: Edelsa grupo Didascalía, 2011. JACOBI, Claudia; MELONE, Enrique; MENON, Lorena. Gramática en contexto: curso de gramática para comunicar. Madrid: Edelsa grupo Didascalía, 2011.</p> <p>COMPLEMENTAR: CASTRO VIUDEZ, Francisca. Nuevo ven 1. Libro del alumno. Edelsa, 2009. DIAZ, Miguel; TALAVERA, Garcia. Dicionário Santillana. São Paulo: Moderna, 2003 MARTINEZ, Ron; ARIAS, Sandra di Lullo. Como escrever tudo em espanhol: escreva a coisa certa em qualquer situação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002. MASIP, Vicente. Gramática histórica portuguesa e espanhola: um estudo sintético e contrastivo. São Paulo:EPU, 2003. SANCHEZ, Aquilino; CANTOS, Pascual. 450 ejercicios gramaticales. Madrid: SGEL, 2008.</p>	

10. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 10h
Fonética articulatória: o aparelho fonador; descrição dos segmentos consonantais e vocálicos do português. Relações entre Fonética e Fonologia. Fonologia: descrição da fonologia do português, fonemas e alofones. A estrutura silábica e o acento em português; modelos de análise fonológica. Fenômenos linguísticos do português brasileiro. Fonética e Fonologia e sua relação com o ensino de língua.	
REFERÊNCIAS:	
BÁSICA:	
CAGLIARI, L.C. Análise Fonológica : introdução à teoria e à prática com especial destaque para o modelo fonêmico. Campinas: Mercado de Letras, 2002.	
CALLOU, D.; LEITE, Y. Iniciação à fonética e à fonologia . 9. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.	
CRYSTAL, D. Dicionário de Linguística e Fonética . Rio de Janeiro: Zahar, 2000.	
COMPLEMENTAR:	
SILVA, T.C. Fonética e Fonologia do Português : roteiro de estudos e guia de exercícios. São Paulo: Contexto, 2007.	
VELOSO, L. K.; TEIXEIRA, T. M. M. Fonética e Fonologia do Português . Montes Claros - MG, Editora Unimontes, 2010.	

11. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
TEORIA LITERÁRIA I	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 10h
O gênero lírico (a poesia e o canto, a poesia e o poema); Elementos composicionais do poema (eu lírico, verso, estrofe, ritmo, metro, rima e imagem: figuras de pensamento, de construção, de palavras, de som.). As formas do poema: livres, fixas e híbridas. O gênero textual poema e o ensino. Produção de leitura analítica de poemas. Vocalização. Uso de exemplos em gêneros literários de matizes indígenas e afro-brasileira.	
REFERÊNCIAS:	
BÁSICA:	
BOSI, A. História concisa da literatura brasileira . 32. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.	
CANDIDO, A. Formação da literatura brasileira : momentos decisivos. 12. ed. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2012.	
CANDIDO, A. Iniciação à Literatura Brasileira . 12. ed. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2000.	
COMPLEMENTAR:	
BOSI, A. O ser e o tempo da poesia . São Paulo: Cia. das Letras, 2000. FRANCO, J.L.	
OLIVEIRA, Si. Teoria Literária I . Ponta Grossa: Ed.UEPG, 2009. GOLDSTEIN, N. Versos, sons e ritmos . São Paulo: Ática, 2000.	
PAZ, O. O arco e a Lira . Trad. De Olga Savary. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1982.	

12. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
DIDÁTICA I	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 10h
Conhecimentos básicos da evolução histórica da educação e principais correntes pedagógicas no Brasil. Fundamentação teórico-metodológica para a sistematização da prática docente, voltada para a apropriação do conhecimento crítico-reflexivo. Fundamentos históricos da didática e seu papel na formação do educador. Relação Currículo e Didática. Conceito de interdisciplinaridade.	
REFERÊNCIAS:	

<p>BÁSICA: CANDAU, Vera Maria. A didática em questão. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. ANTUNES, Celso. Como desenvolver as competências em sala de aula. Petrópolis: Vozes, 2010. MIZUKAMI, Maria das Graças Nicoletti; REALI, Aline Maria M. R. (org.). Complexidade da docência. São Carlos: UFSCAR, 2009.</p> <p>COMPLEMENTAR: VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Construção do conhecimento em sala de aula. 10. ed. São Paulo: Libertad, 2000. BRASIL. Resolução CNE/CP N° 2/2017, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília, 2017. HAID, Regina Celia Cazaux. Curso de Didática Geral. São Paulo: Atica, 1995. LIBANEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1990. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. PERRENOUD, Philippe. A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p>
--

13. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR I	Carga Horária Total: 100h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 30h
<p>Componente curricular que integraliza as atividades acadêmicas da formação docente, e consiste no conjunto de atividades que inter-relacionam o conteúdo próprio das disciplinas do módulo com práticas planejadas e executadas pelo licenciando, sob a orientação do docente responsável pelas atividades que correspondem ao componente curricular tendo como elemento central a pesquisa como princípio educativo. A Prática Docente. O Planejamento. Elaboração do planejamento. Conteúdos. Plano de Aula. Tipos de aula. Avaliação. Memorial de formação docente e estudos sobre a construção da identidade local. Para PCC I correspondem oficinas de texto literário e/ou textos da mídia nas aulas de língua.</p>	
REFERÊNCIAS:	
<p>BÁSICA: ANTUNES, Celso. Como desenvolver as competências em sala de aula. Petrópolis: Vozes. CANDAU, Vera M. Da Didática fundamental ao fundamental da didática. In: ANDRÉ, Marli e OLIVEIRA, IBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional: forma-se par a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez. MATINS, Pura Lucia Olivier. A didática e as contradições da prática. São Paulo: Papirus.</p> <p>COMPLEMENTAR: MIZUKAMI, Antônio, FINGER, Matthias (org.) O método (auto)biográfico e a formação. 2ª ed. Natal EDUFRN, 2014. NÓVOA, António (Org.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote. SCHON, Donald A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas.</p>	

MÓDULO III

14. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 10h
<p>Psicologia e a delimitação de seu objeto. Estudo de processos psicológicos básicos. Modelos teóricos que servem de base para o estudo do desenvolvimento, Modelos teóricos que servem de base para o estudo da aprendizagem.</p>	
REFERÊNCIAS:	

<p>BÁSICA: CAMPOS, Dinah M. de Souza. Psicologia da aprendizagem. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. DAVIS, Cláudia. Psicologia na educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. . GOMES, Sabrina Torres; TAKEI, Roberta Ferreira. Psicologia do Desenvolvimento. 1ª edição, Salvador – BA: Editora Sanar, 2017.</p> <p>COMPLEMENTAR: PIOVESAN Josieli [et al.]. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem [recurso eletrônico] / – 1. ed. – Santa Maria, RS : UFSM, NTE, 2018 disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/07/MD_Psicologia-do-Desenvolvimento-e-da-Aprendizagem.pdf PAPALIA Diane E , MARTORELL Gabriela, COSTA Francisco Araújo da; PINHEIRO Odette de Godoy; SILVA, Patrícia Santos da. Desenvolvimento humano. 14ª edição, Porto Alegre: AMGH. 2021. METRING, Roberte A. Psicologia para a Aprendizagem. 1ª, Paraná – RS:Editora Juru</p>
--

15. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
LÍNGUA ESPANHOLA III: Fonética e Fonologia	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 10h
Os fundamentos dos estudos de fonética e de fonologia. Estudo dos sistemas fonético e fonológico da língua espanhola. Estudo de variação de sons (contrastes) entre a língua espanhola e a língua portuguesa, com ênfase nas dificuldades para luso-falantes. Atividades de percepção e produção com aspectos específicos da fonética e fonologia espanhola. Desenvolvimento das habilidades comunicativas e escritas.	
REFERÊNCIAS:	
<p>BÁSICA: ANDRADE SERRA. M. el. al. Fonética aplicada a la enseñanza del español como lengua extranjera: un curso para lusófonos. Galpão. 2007. ALVAR, Manuel. Dialectología hispánica. Barcelona: Ariel, 1996. GONZALEZ HERMOSO, Alfredo ROMERO DUEÍAS, Carlos. Fonética, entonación, ortografía. Madrid: Edelsa, 2005.</p> <p>COMPLEMENTAR: QUILIS, Antonio. Tratado de fonología y fonética españolas. Madrid: Gredos, 1999. CALLOU. Dinah: Yonne. Iniciacao A fonética e a fonologia . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. ALARCOS LLORACH, Emilio. Fonologia española. 4. ed. Madrid. Gredos, 1986. 285 p. MASSIP. Vicente. Fonética espanhola para brasileiros. Recife, Sociedade Cultural Brasil Espanha, 1998. GRANDA. German de. Español de América, español de Africa y hablas criollas hispánicas. Madrid, Gredos. 1994. SILES ARTES, JosC. Ejercicios prácticos de pronunciación del español. Madrid. Sociedad General Espafiolade Libreria, 1994.</p>	

16. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
MORFOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 00h
Estudos de morfologia nas gramáticas normativas (estrutura, formação e classificação das palavras). Morfologia flexional e derivacional do português. Processos neológicos, morfofonêmicos e morfossintáticos do português brasileiro. Morfologia e ensino de língua.Princípios da análise mórfica. Estrutura e formação de vocábulos. Flexões nominal e verbal. Classes de palavras e categorias gramaticais.	
REFERÊNCIAS:	

BÁSICA:	
BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.	
CÂMARA JÚNIOR, J. M.. Estrutura da língua portuguesa . 45. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.	
GONÇALVES, C. A. Morfologia . São Paulo: Parábola, 2019.	
COMPLEMENTAR:	
GONÇALVES, C. A. Atuais Tendências em Formação de Palavras . São Paulo: Contexto, 2016.	
MONTEIRO, J. L. Morfologia portuguesa . Campinas: Pontes, 2002.	
ROSA, M. C. Introdução à morfologia . São Paulo: Contexto, 2000.	
SILVA, M. C. P. & KOCH, I. V. Linguística aplicada ao português: morfologia . São Paulo: Cortez, 1986.	
LAROKA, M. de N. de C.. Manual de morfologia do português . Campinas: Pontes; Juiz de Fora: UFJF, 1994.	
MACAMBIRA, J. R.. A estrutura morfo-sintática do português: aplicação do estruturalismo linguístico . São Paulo: Pioneira, 1987.	

17. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
TEORIA LITERÁRIA II	Carga Horária Total: 45h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 00h
As formas literárias em prosa. Teoria da narrativa e do drama: conceitos. Introdução a correntes teóricas da análise da narrativa. Estudo dos elementos composicionais da narrativa e do drama. Análise de textos de matrizes indígena e afro-brasileira.	
REFERÊNCIAS:	
BÁSICA:	
BOSI, A. História concisa da literatura brasileira . 32. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.	
CANDIDO, A. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos . 12. ed. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2012.	
CANDIDO, A. Iniciação à Literatura Brasileira . 12. ed. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2000.	
COMPLEMENTAR:	
FRANÇA, G. A. Teoria Literária 2 . Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2009.	
GENETTE, G. Discurso da narrativa . Trad. de Fernando Cabral Martins. Lisboa: Vega, 1995.	
GOTLIB, N. B. Teoria do conto . São Paulo: Ática, 1985.	
MORETTO, F. M. L.; BARBOSA, S. Aspectos do Teatro Ocidental . São Paulo: UNESP, 2006.	

18. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DA LINGUAGEM	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 00h
História dos desenvolvimento dos estudos linguísticos e seus principais pesquisadores. Visão geral sobre o conceito de linguagem e de línguas. Questões sobre a linguística histórica, a mudança linguística, a gramática e o ensino (visão normativa e explicativa). Conceito de variação linguística, de erro e de preconceito linguístico no ensino da língua materna e estrangeira.	
REFERÊNCIAS:	
BÁSICA:	
FIORIN, J. L. (org). Introdução à Linguística I . São Paulo: Contexto, 2003.	
MUSSALIM, F. & BENTES. A. C. (orgs). Introdução à Linguística: domínios e fronteiras , v. 1 e 2. São Paulo: Cortez, 2001. OLIVEIRA, T. C. S. Introdução aos estudos linguísticos . Ilhéus, BA: UAB/UESC, 2010.	
COMPLEMENTAR:	
BAGNO, M. (org.) Linguística da norma . São Paulo: Ed. Loyola, 2002.	
WEEDWOOD, B. História concisa da linguística . Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial: 2002.	

19. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
DIDÁTICA II	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 10h
A relação entre a linguagem e o conhecimento escolar. A história da metodologia de línguas estrangeiras, com especial referência à Língua Espanhola. A didática do ensino de línguas estrangeiras. Abordagens e propostas metodológicas para o ensino da língua espanhola como língua estrangeira.	
REFERÊNCIAS:	

<p>BÁSICA: FURLANETTO, Ecleide Cunico. Como nasce um professor? Uma reflexão sobre o processo de individualização e formação. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2004. CAZAUX I-IAIDT, Regina Celia. Curso de Didática Geral. São Paulo: Atica, 1999. BRASIL. Resolução CNE/CP n° 2/2019, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC- Formação). Brasília, 2019.</p> <p>COMPLEMENTAR: ANTUNES, Irandé. Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo Parábola Editorial, 2007. FERREIRA, Martins. Como usar a música na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2006. 238 p. 3 e x . GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. Didática e teorias educacionais. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. LAMERAND, Raymond. Teorias de instrução programada e laboratórios de línguas. São Paulo: Pioneira, 1978. OLIVEIRA, Maria Helena Cozzalino de. Didática da linguagem: como aprender, como ensinar. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.</p>

20. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
LITERATURA PORTUGUESA I	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 00h
Estudo de obras das Literaturas de Língua Portuguesa produzidas em Portugal traçando paralelo com o desenvolvimento da Literatura Brasileira e suas simetrias. Análise histórica. Leitura e análise de autores, obras e estilos de época: Trovadorismo, Humanismo, Classicismo e Barroco.	
REFERÊNCIAS:	
BÁSICA:	
BOSI, A. História concisa da literatura brasileira . São Paulo: Cultrix, 1999.	
CÂNDIDO A. A formação da literatura brasileira . Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1975	
FERRAZ, S. Literatura Portuguesa I . Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2008.	
COMPLEMENTAR:	
ABDALA JR, B. & PASCHOALIN, M.A. História social da literatura portuguesa , São Paulo, Pioneira, 1991.	
LUCAS, É.; OLIVEIRA, G. V. Literatura Portuguesa: Das Origens ao Romantismo . Montes Claros: Unimontes, 2010.	
MOISÉS, M. A literatura Portuguesa através dos textos , 25ª ed, revista e aumentada, São Paulo, Cultrix, 1998	
SILVEIRA, F. M. A Literatura portuguesa em perspectiva . Vol 2. Classicismo, Barroco e Arcadismo. São Paulo: Atlas, 1993.	

MÓDULO IV

21. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA	Carga Horária Total: 45h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 05h
As matrizes indígenas e africanas da cultura afro-brasileira. O conceito de Afro-Brasileiro e Indígena. Trabalho, cultura e resistência indígena e negra no Brasil. Cultura africana, sincretismo e miscigenação. Brasil/África e a formação do Atlântico Negro. O significado da África na formação do Brasil. As Relações Brasil-África ao longo do Século XIX. Diversidade na Educação. Lei nº 11.645, de 10/03/2008. Resolução CNE/CP nº 01, de 17/06/2004.	
REFERÊNCIAS:	

BÁSICA:	
ADESKY, J. d'. Racismo e anti-racismo no Brasil: pluralismo étnico e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Pallas, 2001. BRASIL Lei n. 11645/2008.	
BRASIL. MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, SEPPPIR/SECAD/INEP, junho de 2005.	
CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.	
COMPLEMENTAR:	
GADOTTI, M. Diversidade cultural e educação para todos. Rio de Janeiro: Graal, 1992.	
KATRIB, C. M. I. História e Cultura Afro-brasileira, Uberlândia: EDUFU, 2010	

22. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
LÍNGUA ESPANHOLA IV	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 10h
<p>Ensino-aprendizagem da língua: Transição a uma competência de nível intermediário que proporcione o desenvolvimento das habilidades: produção oral e escrita, compreensão leitora e auditiva, e interação linguístico-social. Estudo de classe, estrutura e formação de palavras em língua espanhola. Estudo do tempo verbal do passado com vistas à promoção da prática da expressão oral e escrita em língua espanhola. Processo de criação lexical e identificação das unidades lexicais que abranja um leque mais amplo de situações comunicativas e interculturais.</p> <p>Prática docente: Observação da prática docente, registro e análise da mesma com o fim de adequar a metodologia a especificidade do desempenho do grupo.</p>	
REFERÊNCIAS:	
BÁSICA:	
ALVES, Adda-Nari M. Mucho: español para brasileños: vol. único. São Paulo: Moderna, 2000.	
HERMOSO, Alfredo Gonzáles. Conjugar es fácil en español. Madrid: Edelsa grupo Didascalía, 2011.	
JACOBI, Claudia; MELONE, Enrique; MENON, Lorena. Gramática en contexto: curso de gramática para comunicar. Madrid: Edelsa grupo Didascalía, 2011.	
COMPLEMENTAR:	
DIAZ, Miguel; TALAVERA, Garcia. Diccionario Santillana. São Paulo: Moderna, 2003	
MARTINEZ, Ron; ARIAS, Sandra di Lullo. Como escrever tudo em espanhol: escreva a coisa certa em qualquer situação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.	
MASIP, Vicente. Gramática histórica portuguesa e espanhola: um estudo sintético e contrastivo. São Paulo: EPU, 2003.	
SANCHEZ, Aquilino; CANTOS, Pascual. 450 ejercicios gramaticales. Madrid: SGEL, 2008.	

23. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
LITERATURA REGIONAL	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 10h
<p>Estudo literário, artístico e cultural, seja na abordagem teórica, crítica ou histórica, do ensino ou das relações comparadas. Perspectivas teóricas e históricas do literário, do artístico, do cultural e da região.</p>	
REFERÊNCIAS:	
BÁSICA:	
ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.	
CANDIDO, Antonio. Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2018.	
FIGUEIREDO, Eurídice. Org. Conceitos de Literatura e Cultura. Niterói: Eduff, 2013.	
COMPLEMENTAR:	
FREYRE, Gilberto. Manifesto regionalista de 1926. In Vanguarda Europeia e Modernismo Brasileiro. Org. Gilberto Mendonça Telles. São Paulo: José Olympio Editora, 2013.	
JOBIM, José Luís. Literatura e Cultura: do Nacional ao Transnacional. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013	

24. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
LINGUÍSTICA GERAL	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 00h

Língua. Linguagem. Lingüística. Natureza, cientificidade e modalidades da lingüística. Noções gerais em lingüística descritiva. Noções gerais de áreas de interdisciplinaridade e de aplicações da lingüística.
REFERÊNCIAS:
<u>BÁSICA:</u> LOBATO, Maria Lúcia. "Lingüística e Linguagem." Sintaxe gerativa do português. Belo Horizonte, Vigília, 1986, pp.21 - 69. LYONS, Jonh. Linguagem e Lingüística. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987. SAUSSURE , Ferdinand. Curso de Lingüística Geral. São Paulo, Cultrix, 1972. ROBINS, R. Pequena história da lingüística. Rio de Janeiro, Ao livro Técnico, 1985 CARVALHO, Castelar. Para compreender Saussure. Rio de Janeiro, Editora Rio, 1980
<u>COMPLEMENTAR:</u> ROBINS, R. H. Lingüística Geral. Porto Alegre, Globo, 1981 DUBOIS, Jean et alii. Dicionário de Lingüística. São Paulo, Cultrix, 1988. CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. Problemas de lingüística descritiva. Rio de Janeiro, Vozes, 1973. CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. Princípios de lingüística geral. Rio de Janeiro, Ao livro Técnico, 1977.

25. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
INTRODUÇÃO AO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 00h
Análise do processo ensino-aprendizagem nos Ensinos Fundamental e Médio. O estágio na formação docente. Reflexão da relação professor-aluno. Concepções de linguagem e sua relação com o ensino de Língua Portuguesa, Literatura e Língua Estrangeira. Estudo da prática pedagógica, planejamento, elaboração e avaliação de atividades de ensino.	
REFERÊNCIAS:	
<u>BÁSICA:</u> BORTOLOTO, N. B. [et al.]. Estágio supervisionado I e II , Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. CORACINI, M. J. O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira . SP: Pontes, 1995. FONSECA, Lúcia L. O Universo da sala de aula: uma experiência em Pedagogia de Projetos , Porto Alegre, Mediação, 1999.	
<u>COMPLEMENTAR:</u> FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . 16.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática? São Paulo: Cortez, 1994.	

26. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 00h
Princípios norteadores da Educação Inclusiva no contexto da Educação Básica, proporcionando ao aluno um espaço de reflexão sobre esta política no cotidiano da escola regular. Apresenta as áreas, contextualiza os processos e embasa os estudantes das licenciaturas com alternativas de adaptação curricular para garantir o acesso e aprendizagem de alunos com necessidades educativas especiais.	
REFERÊNCIAS:	

<p>BÁSICA: JANNUZZI, G. de M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI . 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2012. xii, 211 p. SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos . 7.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006. 180 p. STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores . Porto Alegre: Artmed, 2006. 451 p.</p> <p>COMPLEMENTAR: DIMENSTEIN, G. O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil 2012. FONSECA, V. da. Educação especial: Programa de estimulação precoce uma introdução as ideias de Fuerstein. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. 245 p. MAZZOTTA, M. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996. 208 p.</p>

27. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
LITERATURA PORTUGUESA II	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 00h
<p>Estudo de obras das Literaturas de Língua Portuguesa, produzidas em Portugal. Leitura e análise de autores, obras e estilos de época com ênfase na produção literária do século XIX em Portugal traçando paralelo com o desenvolvimento da Literatura Brasileira e suas (a)simetrias. Análise histórica. Leitura e análise de autores, obras e estilos de época: Romantismo, Realismo e Simbolismo.</p>	
REFERÊNCIAS:	
<p>BÁSICA: BOSI, A. História concisa da literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, 1987. CÂNDIDO A. A formação da literatura brasileira. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1975. FERRAZ, S. Literatura Portuguesa I. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2008.</p> <p>COMPLEMENTAR: MENDES, A. de M.; JESUS, J. I. Literatura Portuguesa, Teresina: UAB/UESPI, 2010. MOISÉS, M. A literatura Portuguesa através dos textos, 25ª ed, revista e aumentada, São Paulo, Cultrix, 1998. MOISÉS, M. A literatura portuguesa através dos textos. São Paulo: Cultrix, 1997. _____. As estéticas literárias em Portugal – séc. XIV a XVIII. Lisboa: Caminho, 1997. D'ONOFRIO, S. Literatura Ocidental – autores e obras fundamentais, São Paulo: 1990. LUCAS, É.; OLIVEIRA, G. V. Literatura Portuguesa: Das Origens ao Romantismo. Montes Claros: Unimontes, 2010. ROCHA, H. C. P.; PEREIRA M. R.; SILVA, T. B. Literatura Portuguesa: do realismo às tendências contemporâneas. Montes Claros: Unimontes, 2010.</p>	

28. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR II	Carga Horária Total: 100h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 30h
<p>Componente curricular que integraliza as atividades acadêmicas da formação docente, e consiste no conjunto de atividades que inter-relacionam o conteúdo próprio das disciplinas do módulo com práticas planejadas e executadas pelo licenciando, sob a orientação do docente responsável pelas atividades que correspondem ao componente curricular tendo como elemento central a pesquisa como princípio educativo. A Prática Docente. O Planejamento. Elaboração do planejamento. Conteúdos. Plano de Aula. Tipos de aula. Avaliação. Memorial de formação docente e estudos sobre a construção da identidade local.</p>	
REFERÊNCIAS:	

<p>BÁSICA: ANTUNES, Celso. Como desenvolver as competências em sala de aula. Petrópolis: Vozes. CANDAU, Vera M. Da Didática fundamental ao fundamental da didática. In: ANDRÉ, Marli e OLIVEIRA, IBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional: forma-se par a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez. MATINS, Pura Lucia Olivier. A didática e as contradições da prática. São Paulo: Papirus.</p> <p>COMPLEMENTAR: MIZUKAMI, António, FINGER, Matthias (org.) O método (auto)biográfico e a formação. 2ª ed. Natal EDUFRN, 2014. NÓVOA, António (Org.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote. SCHON, Donald A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas.</p>
--

MÓDULO V

29. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
SOCIOLINGÜÍSTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA	Carga Horária Total: 45h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 05h
Língua, cultura e sociedade. A diversidade linguística e políticas de línguas. Variação linguística e ensino. Aspectos dialetológicos. Preconceito Linguístico. Questões identitárias e de gêneros nas relações e transformações sociolinguísticas e suas relações de poder.	
REFERÊNCIAS:	
<p>BÁSICA: ALKMIM, T. Sociolinguística. In: MUSSALIN, F. e BENTES, A. C. Introdução à linguística: domínios e fronteiras, V. 1. São Paulo: Cortez, 2001. BORIN, M. A. Sociolinguística. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Artes e Letras. Curso de Graduação em Letras / Espanhol e Literaturas, 2010. CASTILHO, A. T. de. A língua falada no ensino de português. São Paulo: Contexto, 2000. KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.</p> <p>COMPLEMENTAR: CITELLI, A. Linguagem e Persuasão. Ed. Revista e atualizada. São Paulo: Ática, 2004 AMOSSY, R. Imagens de si no discurso: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2006. GNERRE, M. Linguagem, escrita e poder. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. ILARI, R. Introdução à semântica: brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2001. LABOV, W. Padrões sociolinguísticos. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.</p>	

30. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
LÍNGUA ESPANHOLA V	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 00h
<p>Ensino-aprendizagem da língua: Estudo de nível intermediário, com ênfase na interação social pela língua, junto com noções gramaticais e lexicais de variantes padrão distintas da estudada até o momento e de variantes não padrão, com atenção ao seu uso e ao juízo social que o seu uso comporta.</p> <p>Prática docente: Observação da prática docente, registro e análise da mesma com o fim de adequar a metodologia a especificidade do desempenho do grupo.</p>	
REFERÊNCIAS:	

<p>BÁSICA: ALVES, Adda-Nari M. Mucho: espanhol para brasileiros: vol. único. São Paulo: Moderna, 2000. HERMOSO, Alfredo Gonzáles. Conjuguar es fácil en español. Madrid: Edelsa grupo Didascalía, 2011. JACOBI, Claudia: MELONE, Enrique; MENON, Lorena. Gramática en contexto: curso de gramática para comunicar. Madrid: Edelsa grupo Didascalía, 2011. CASTRO VIUDEZ, Francisca. Nuevo ven 2. Libro del alumno. Edelsa, 2009. CASTRO VIUDEZ, Francisca. Nuevo ven 2. Libro de ejercicios. Edelsa, 2009.</p> <p>COMPLEMENTAR: DIAZ, Miguel; TALAVERA, Garcia. Dicionário Santillana. São Paulo: Moderna, 2003 MARTINEZ, Ron; ARIAS, Sandra di Lullo. Como escrever tudo em espanhol: escreva a coisa certa em qualquer situação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002. MASIP, Vicente. Gramática histórica portuguesa e espanhola: um estudo sintético e contrastivo. São Paulo: EPU, 2003. SANCHEZ, Aquilino; CANTOS, Pascual. 450 ejercicios gramaticales. Madrid: SGEL, 2008.</p>

31. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA I	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 10h
<p>Aspectos morfossintáticos da frase: período simples. Pontuação. Aspectos do ensino de análise sintática. Critérios morfossintáticos para a correção de frases segundo o padrão culto da língua. Sintagmas: nominal, verbal, adjetival, preposicional; a função dos termos da oração segundo tradição gramática. Visão sintático-discursiva dos pronomes; sintaxe de regência e de concordância Confronto entre regras e usos da língua portuguesa de acordo com a perspectiva da “aceitabilidade”. Por fim, o desenvolvimento de atividades para a transposição didática desses conteúdos para o ensino de Língua Portuguesa de acordo com as orientações nacionais.</p>	
REFERÊNCIAS:	
<p>BÁSICA: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37. ed. São Paulo: Editora Lucerna, 2000. KOCH, I.V. & SILVA, M.C.P. de S. A linguística aplicada ao português: Sintaxe. 12 Ed. São Paulo: Cortez, 2004. LUFT, C. P. Moderna Gramática Brasileira. 9 ed. Rio de Janeiro, Editora Globo, 1989.</p> <p>COMPLEMENTAR: BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo : Martins Fontes, 1992. BONINI, Adair. O ensino de tipologia textual em manuais didáticos de 2. grau para a língua portuguesa. Trabalhos em Linguística Aplicada. vol. 31. Campinas, p. 7-20, jan./jun. 1998. BRANDÃO, Helena N. Gêneros do Discurso na Escola. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Aprender e Ensinar com Textos, vol. 5). AZEREDO, J. C. Fundamentos de Gramática do Português. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. CARONE, F.B. Morfossintaxe. São Paulo: Ática, 1986. KESSLER, M. L. Sintaxe do Português. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Artes e Letras. Curso de Graduação em Letras / Espanhol e Literaturas, 2010.</p>	

32. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
LITERATURA PORTUGUESA III	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 10h
<p>Visão panorâmica da literatura portuguesa, estudo de autores, obras e estilos de época em Literaturas Portuguesa e Africana com ênfase no Séc. XX, sob a perspectiva das rupturas com o colonialismo e seus desdobramentos.</p>	
REFERÊNCIAS:	

BÁSICA: BOSI, A. História concisa da literatura brasileira . São Paulo: Cultrix, 1987. CÂNDIDO A. A formação da literatura brasileira . Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1975. FERRAZ, S. Literatura Portuguesa I . Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2008.
COMPLEMENTAR: BONNICI, T. O pós-colonialismo e a literatura : estratégias de leitura. Maringá: Eduem, 2000. BOSI, A. Dialética da colonização . São Paulo: Companhia das Letras, 1992. MOISÉS, M. A literatura portuguesa através dos textos . São Paulo: Cultrix, 1997. ROCHA, H. C. P.; PEREIRA M. R.; SILVA, T. B. Literatura Portuguesa : do realismo às tendências contemporâneas. Montes Claros: Unimontes, 2010. HALL, S. Identidade cultural na pós-modernidade . Rio de Janeiro: DP&A, 2004. MORAES, A. M. R.; LOPES, R. G. Literaturas africanas de língua portuguesa : Cabo Verde, Angola e Moçambique. Montes Claros: Unimontes, 2012.

33. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA I	Carga Horária Total: 90h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 00h
Observação, monitoria, vivência, pesquisa e análise crítica dos processos didático-pedagógicos e de gestão que ocorrem na escola e/ou em outros espaços educativos. Planejamento, seleção e organização de conteúdos, estratégias de ensino, recursos didáticos e critérios e procedimentos de avaliação na elaboração de planos de aula. Elaboração de material didático. Prática de ensino em aulas de língua portuguesa e literatura no ensino fundamental II.	
REFERÊNCIAS:	
BÁSICA: ANTUNES, I. Gramática contextualizada: limpando “o pó das ideias simples” . 1. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. _____. Aula de português: encontro & interação . São Paulo: Parábola editorial, 2003. CANDIDO, A. O direito à literatura . In: Vários escritos. 4 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004, p. 169-191. CORACINI. M. J. R. F. (Org.). Subjetividade e identidade do(a) professor(a) de português . In: COMPLEMENTAR: COSSON, R. Letramento literário: teoria e prática . São Paulo: Contexto, 2006. CORACINI. M. J. R. F. (Org.) Identidade e Discurso: (des)construindo identidades . Campinas: Editora da Unicamp; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003.	

34. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
LITERATURA BRASILEIRA I	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 10h
Retórica, teologia e política nos escritos do Brasil Colonial. Escritos dos cronistas e viajantes. Condicionamentos externos e internos da “literatura” do Brasil Colônia. Sistema Colonial e Condição Colonial. Análise-interpretação de textos quinhentistas, barrocos e árcades e seus reflexos na produção modernista. Introdução ao estudo da Literatura brasileira: Literatura de Informação, Barroco, Arcadismo e Romantismo.	
REFERÊNCIAS:	
BÁSICA: BOSI, A. História concisa da literatura brasileira . 32. ed. São Paulo: Cultrix, 2010. CANDIDO, A. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos . 12. ed. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2012. CANDIDO, A. Iniciação à Literatura Brasileira . 12. ed. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2000. COMPLEMENTAR: BOSI, A. Dialética da colonização . 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. CAMPOS, H. de. O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Mattos . São Paulo: Iluminuras, 2011. COUTINHO, A. (dir.); COUTINHO, Eduardo (co-direção). A literatura no Brasil . 6. ed. São Paulo: Global, 2001. V. 2. HANSEN, J. A.. A sátira e o engenho : Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.	

35. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
ORGANIZAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 00h
<p>Organização da Educação em todos os seus níveis, etapas e modalidades de ensino. A estrutura e a governança dos sistemas educacionais, com base na Constituição Federal. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Plano Nacional de Educação. Financiamento da educação e a qualidade educacional.</p>	
REFERÊNCIAS:	
BÁSICA:	
BRASIL. Constituição: República Federativa do Brasil . Senado Federal, Brasília, 1988.	
_____. Lei nº. 9.394 , de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. 1996.	
_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica . Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.	
COMPLEMENTAR:	
LUCE. M. B.; MEDEIROS. I.L. P. (Org). Gestão Escolar Democrática: Concepções e Vivências . Porto Alegre/RS, UFRGS Editora, 2006.	
RIBEIRO, J. M. C.; FIGUEIREDO, G. C. A Política de Educação Básica em Mato Grosso . Cáceres-MT, Editora UNEMAT. 2019.	

36. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
LÍNGUA ESPANHOLA VI	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 00h
<p>Ensino-aprendizagem da língua: Transição a um nível avançado das competências e habilidades em língua espanhola para diferentes situações comunicativas. Compreensão e produção de textos de gramática complexa e léxico abrangente, com prosódia espontânea quando orais e coesão implícita quando escritos. Conhecimento formal do sistema linguístico para potencializar seu uso.</p> <p>Prática docente: Observação da prática docente, registro e análise da mesma com o fim de adequar a metodologia a especificidade do desempenho do grupo.</p>	
REFERÊNCIAS:	
BÁSICA:	
ALVES, Adda-Nari M. Mucho: español para brasileños : vol. único. São Paulo: Moderna, 2000.	
HERMOSO, Alfredo Gonzáles. Conjugar es fácil en español . Madrid: Edelsa grupo Didascalía, 2011.	
JACOBI, Claudia; MELONE, Enrique; MENON, Lorena. Gramática en contexto: curso de gramática para comunicar . Madrid: Edelsa grupo Didascalía, 2011.	
CASTRO VIUDEZ, Francisca. Nuevo ven 3. Libro del alumno . Edelsa, 2009.	
CASTRO VIUDEZ, Francisca. Nuevo ven 3. Libro de ejercicios . Edelsa, 2009.	
COMPLEMENTAR:	
DIAZ, Miguel; TALAVERA, Garcia. Diccionario Santillana . São Paulo: Moderna, 2003.	
MARTINEZ, Ron; ARIAS, Sandra di Lullo. Como escrever tudo em espanhol: escreva a coisa certa em qualquer situação . Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.	
MASIP, Vicente. Gramática histórica portuguesa e espanhola: um estudo sintético e contrastivo . São Paulo: EPU, 2003.	
SANCHEZ, Aquilino; CANTOS, Pascual. 450 ejercicios gramaticales . Madrid: SGEL, 2008.	
SARMIENTO, Ramón. Gramática progresiva: de español para extranjeros . 6. ed. Madrid: Sociedad General Espanola de Librería, 2007.	

37. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA II	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 10h
<p> </p>	

Estudo crítico das funções sintáticas e suas relações no período composto: reflexão sobre a organização dos processos de coordenação e subordinação nas gramáticas normativas; a função dos sequenciadores e seu papel sintático-semântico no texto: coesão e coerência; reflexos da organização sintático-funcional do período composto no sistema de pontuação; sintaxe de regência e de concordância. Transposição didática dos conteúdos relacionados à sintaxe nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

REFERÊNCIAS:

BÁSICA:

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. São Paulo: Editora Lucerna, 2000. KOCH, I.V. & SILVA, M.C.P. de S. **A linguística aplicada ao português**: Sintaxe. 12 Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LUFT, C. P. **Moderna Gramática Brasileira**. 9 ed. Rio de Janeiro, Editora Globo, 1989.

COMPLEMENTAR:

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo : Martins Fontes, 1992.

BONINI, Adair. **O ensino de tipologia textual em manuais didáticos de 2. grau para a língua portuguesa**. Trabalhos em Linguística Aplicada. vol. 31. Campinas, p. 7-20, jan./jun. 1998.

BRANDÃO, Helena N. **Gêneros do Discurso na Escola**. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Aprender e Ensinar com Textos, vol. 5).

AZEREDO, J. C. **Fundamentos de Gramática do Português**. 2 ed. Rio de Janeiro:

Jorge Zahar Editor, 2000. CARONE, F.B. **Morfossintaxe**. São Paulo: Ática, 1986.

KESSLER, M. L. **Sintaxe do Português**. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Artes e Letras. Curso de Graduação em Letras / Espanhol e Literaturas, 2010.

38. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

LITERATURA ESPANHOLA	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 00h

Estudo da literatura espanhola produzida durante a Idade Média e a transição para a Idade Moderna, com ênfase nas obras mais representativas. Estudo da literatura espanhola produzida durante a Idade Moderna, com ênfase nas obras mais representativas. Estudo da literatura espanhola produzida durante a Idade Contemporânea, com ênfase nas obras mais representativas.

REFERÊNCIAS:

BÁSICA:

ALBORG, Juan Luis. **Historia da literatura espanhola: Edad Media y Renacimiento**. 2. ed. Madrid: Gredos, 1997.

ALVAR, Carlos. **Locus amoenus: antologia de Ia (Inca medieval de Ia Peninsula Ibérica**. Barcelona: Galáxia Gutenberg, 2009.

ALBORG, Juan Luis. **Historia de la literatura española**. 2. ed. Madrid: Gredos, 2000.

COMPLEMENTAR:

LORENZO, Rocío Barros et al.. **Curso de Literatura**.. I ed. Madrid: Edelsa, 2006.

ALBORG, Juan Luis. **Historia de Ia literatura española: siglo XVIII**. Madrid: Gredos, 1993.

ALBORG, Juan Luis. **Historia de Ia literatura espanola: realismo y naturalismo**. Madrid: Gredos, 1996.

MAINER, José-Carlos. **Historia de Ia literatura española: modernidad y nacionalismo, 1900-1939**. Barcelona: Critica. 2010.

39. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

LITERATURA BRASILEIRA II	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 10h

Formação e consolidação do sistema literário nacional. Estudo de autores, obras e estilos de época com ênfase na produção literária brasileira do século XIX: Romantismo, Realismo-Naturalismo, Parnasianismo, Simbolismo. Análise-interpretação de textos literários.

REFERÊNCIAS:

<p>BÁSICA: BOSI, A. História concisa da literatura brasileira. 32. ed. São Paulo: Cultrix, 2010. CANDIDO, A.. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos. 12. ed. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2012. CANDIDO, A. O romantismo no Brasil. São Paulo: Humanitas, 2002. COUTINHO, A. A literatura no Brasil: era realista; era de transição. Vol 4. São Paulo: Global, 2002</p> <p>COMPLEMENTAR: CANDIDO, A. Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. BRITO, B. Naturalistas, parnasianos e decadentistas. Campinas: Editora da Unicamp, 1991. CASTELLI M. A. M. Literatura Brasileira: A Produção Literária do Século XIX. Florianópolis: LLV/ CCE/UFSC, 2008. COUTINHO, A. A literatura no Brasil. 4.ª Ed. São Paulo: Global, 1997. Vv. 4.5. FERREIRA, E. A. G. R. Literatura brasileira II: realismo, naturalismo, parnasianismo, simbolismo e pré-modernismo. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2011.</p>
--

40. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA II	Carga Horária Total: 90h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 00h
<p>Observação, monitoria, vivência, pesquisa e análise crítica dos processos didático-pedagógicos e de gestão que ocorrem na escola e/ou em outros espaços educativos. Planejamento, seleção e organização de conteúdos, estratégias de ensino, recursos didáticos e critérios e procedimentos de avaliação, na elaboração de planos de aula. Elaboração de material didático. Prática de ensino em aulas de língua portuguesa e literatura no ensino médio. Produção escrita de relatório final.</p>	
REFERÊNCIAS:	
<p>BÁSICA: ANTUNES, I. Gramática contextualizada: limpando “o pó das ideias simples”. 1. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. _____. Aula de português: encontro & interação. São Paulo: Parábola editorial, 2003. CANDIDO, A. O direito à literatura. In: Vários escritos. 4 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004, p. 169-191. CORACINI. M. J. R. F. (Org.). Subjetividade e identidade do(a) professor(a) de português. In: CORACINI. M. J. R. F. (Org.) Identidade e Discurso: (des)construindo identidades. Campinas: Editora da Unicamp; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003.</p> <p>COMPLEMENTAR: COSSON, R. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.</p>	

41. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 00h
<p>Modelos educacionais na educação de surdos: modelos clínicos, antropológicos, da diferença e mistos. Cultura e identidades surdas: identificações e locais das identidades (família, escola, associação etc.) A fonologia, a morfologia e a sintaxe da Língua Brasileira de Sinais. Tópicos de linguística aplicados à língua de sinais: semântica, pragmática, análise de discurso e sociolinguística. A questão do bilinguismo: português e língua de sinais. Atividades de prática como componente curricular.</p>	
REFERÊNCIAS:	

<p>BÁSICA: CAPOVILLA, F. C. RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. L. Novo Deit-Libras: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. 2. ed. Ilustrações de Silvana Marques. São Paulo: EdUSP: Inep: CNPq: Capes, 2009.v. I: sinais de A a L e v. 11: sinais de M a Z. FELIPE, T. A. A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Libras em Contexto: Curso básico / livro do professor instrutor e do aluno. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília. MEC/SEESP, 2007. HAUTRIVE, G. M. F. Língua brasileira de sinais – libras. Santa Maria -RS, UFSM, NTE, 2019. SILVEIRA, C. H.; CAVALHEIRO, F. LIBRAS I: 4º semestre. 1. ed. - Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, Pró-Reitoria de Graduação, Centro de Educação, Curso de Graduação a Distância de Educação Especial, 2005.</p> <p style="text-align: center;">COMPLEMENTAR: _____. LIBRAS II: 5º semestre. 1. ed. - Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, Pró-Reitoria de Graduação, Centro de Educação, Curso de Graduação a Distância de Educação Especial, 2005.</p>
--

42. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR III	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 00h
<p>Componente curricular que integraliza as atividades acadêmicas da formação docente, e consiste no conjunto de atividades que inter-relacionam o conteúdo próprio das disciplinas do módulo com práticas planejadas e executadas pelo licenciando, sob a orientação do docente responsável pelas atividades que correspondem ao componente curricular tendo como elemento central a pesquisa como princípio educativo. A Prática Docente. O Planejamento. Elaboração do planejamento. Conteúdos. Plano de Aula. Tipos de aula. Avaliação. Memorial de formação docente e estudos sobre a construção da identidade local.</p>	
REFERÊNCIAS:	
<p>BÁSICA: ANTUNES, Celso. Como desenvolver as competências em sala de aula. Petrópolis: Vozes. CANDAU, Vera M. Da Didática fundamental ao fundamental da didática. In: ANDRÉ, Marli e OLIVEIRA, IBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional: forma-se par a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez. MATINS, Pura Lucia Olivier. A didática e as contradições da prática. São Paulo: Papirus.</p> <p>COMPLEMENTAR: MIZUKAMI, Antônio, FINGER, Matthias (org.) O método (auto)biográfico e a formação. 2ª ed. Natal EDUFRN, 2014. NÓVOA, António (Org.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote. SCHON, Donald A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas.</p>	

MÓDULO VII

43. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
LÍNGUA ESPANHOLA VII	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 15h
<p>Ensino-aprendizagem da língua: Aprimoramento das competências e habilidades em língua espanhola para diferentes situações comunicativas em nível avançado. Domínio das competências linguísticas, discursivas, pragmáticas e socioculturais. Análise contrastiva da gramática do português e do espanhol. Prática docente: Observação da prática docente, registro e análise da mesma com o fim de adequar a metodologia a especificidade do desempenho do grupo.</p>	
REFERÊNCIAS:	

BÁSICA:	
ALVES, Adda-Nari M. Mucho: español para brasileños : vol. único. São Paulo: Moderna, 2000.	
HERMOSO, Alfredo Gonzáles. Conjugar es fácil en español . Madrid: Edelsa grupo Didascalía, 2011.	
JACOBI, Claudia; MELONE, Enrique; MENON, Lorena. Gramática en contexto: curso de gramática para comunicar . Madrid: Edelsa grupo Didascalía, 2011.	
CASTRO VIUDEZ, Francisca. Nuevo ven 3. Libro del alumno . Edelsa, 2009.	
CASTRO VIUDEZ, Francisca. Nuevo ven 3. Libro de ejercicios . Edelsa, 2009.	
COMPLEMENTAR:	
DIAZ, Miguel; TALAVERA, García. Dicionário Santillana . São Paulo: Moderna, 2003	
MARTINEZ, Ron; ARIAS, Sandra di Lullo. Como escrever tudo em espanhol: escreva a coisa certa em qualquer situação . Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.	
MASIP, Vicente. Gramática histórica portuguesa e espanhola: um estudo sintético e contrastivo . São Paulo: EPU, 2003.	

44. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
LITERATURA BRASILEIRA III	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 00h
Estudo das Vanguardas Europeias e de autores, obras e estilos de época com ênfase na produção literária brasileira do século XX: Pré-modernismo e Modernismo no Brasil até a geração de 45.	
REFERÊNCIAS:	
BÁSICA:	
BOSI, A. História concisa da literatura brasileira . São Paulo: Cultrix, 1987.	
CANDIDO, Antônio. Literatura e sociedade : estudos de teoria e história literária. São Paulo: T. A. Queiroz editor, 2002.	
COUTINHO, A. A literatura no Brasil : era modernista. Vol 5. São Paulo: Global, 2001.	
COMPLEMENTAR:	
TELES, Gilberto Mendonça. Vanguarda européia e modernismo brasileiro . 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.	
HELENA Lúcia. Movimentos da vanguarda européia . São Paulo: Scipione, 1993.	
LAJOLO, Marisa. Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida . 2. ed. São Paulo: Ática, 2000.	
PERRONE-MOISÉS, L. Altas literaturas : escolha e valor na obra crítica de escritores modernos. São Paulo: companhia das Letras, 1998.	

45. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DE LÍNGUA ESPANHOLA I	Carga Horária Total: 95h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 00h
Observação diagnóstica da prática docente e dos elementos constitutivos do sistema de organização e gestão da escola. Monitoria. Planejamento e desenvolvimento de materiais didáticos. Seminários de Socialização. Orientação para o Estágio Curricular Supervisionado de Língua Espanhola II, etapa de regência.	
REFERÊNCIAS:	
BÁSICA:	
ALONSO, E. Cómo ser profesor y querer seguir siéndolo . Madrid, Editora Edelsa, 1998.	
CERROLAZA, M. & CERROLAZA, O. Cómo trabajar con libros de texto. La planificación de la clase . Madrid: Edelsa, 1999.	
MATTE BON, F. Gramática comunicativa del español I: de la lengua a la idea . Madrid. Edelsa, 2000.	
MELERO, P. Métodos y enfoques de la enseñanza/ aprendizaje del español como lengua extranjera . Madrid: Edelsa, 2000.	
COMPLEMENTAR:	
MORENO, C. y NARANJO, J. Actividades Lúdicas para la Clase de Español . Editora: Sgel. 2005.	

46. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (TCC I)	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 00h
Elaboração de projetos de trabalhos de conclusão de curso.	

REFERÊNCIAS:
BÁSICA: ANDRADE, M. M. Redação científica – elaboração do TCC passo a passo. São Paulo: Factash Editora, 2007. FURASTÉ, P. A. Normas Técnicas para o Trabalho Científico : explicação das normas da ABNT. 14 ed. Porto Alegre: s/n, 2005. GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa . 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
COMPLEMENTAR: PEREIRA FILHO, J. Metodologia do Trabalho Científico , Cáceres: Editora da UNEMAT, 2011. SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico . 21.ed.; 23.ed. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

47. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
LITERATURA HISPANOAMERICANA I	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 15h
Período colonial: Estudo da literatura hispano-americana produzida durante o período colonial, com ênfase nas obras mais representativas. Século XIX: Estudo da literatura hispano-americana produzida durante o século XIX, com ênfase nas obras mais representativas.	
REFERÊNCIAS:	
BÁSICA: GARGANIGO, John. Huellas de las literaturas hispanoamericanas. 2. ed. Upper Saddle River (NJ): Prentice 1-lall, 2002. 784 p. 3 ex. OVIDO, José Miguel. Historia de la literatura hispanoamericana: de los orÍgenes a la emancipación. Madrid: Alianza, 2003. OVIDO, José Miguel. Flistoria de la literatura hispanoamericana: del romanticismo al modernismo. Madrid: Alianza, 2003. NAVARRO DE DIEGO, Francisco. Retratos célebres de e literatura hispanoamericana. São Paulo: Ed. Nacional, 2006. 56 p. 15 ex.	
COMPLEMENTAR: GALEANO, Eduardo. Las venas abiertas de America Latina. 16 ed. Madrid: Siglo Veintiuno de Espafla Editores, 2000. GUrIERREZ, Juan Maria. De la poesia y elocuencia de las tribus de America y otros textos. Caracas, Venezuela, 2007. ARGUEDAS, José. Cuentos escogidos. Caracas (Venezuela): Fundación Editorial a Perro y a Rana, 2006. 200 p. 2 ex.	

48. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
ENSINO HÍBRIDO E AS TIC	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 15h
Novos paradigmas sociais e os processos de informatização da sociedade. A inclusão de metodologias ativas e a utilização das TICs em sala de aula. O ensino híbrido e a utilização das TICs e as mudanças no processo de aprendizagem. Discussões teóricas e metodológicas para potencializar a aprendizagem através das tecnologias.TIC e políticas educacionais.	
REFERÊNCIAS:	

<p>BÁSICA: CANCLINI, N. G. Culturas Híbridas. São Paulo: EDUSP, 2003. CHRISTENSEN, C.; HORN, M. & STAKER, H. Ensino Híbrido: uma Inovação Disruptiva?. Uma introdução à teoria dos híbridos. maio de 2013. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/porvir/wp-content/uploads/2014/08/PT_Is-K12-blendedlearning-disruptive-Final.pdf. Acesso em: 08 out. 2021. FURQUIM, D. Ensino híbrido: o que é e como pode ser usado na escola. 2019. Disponível em: https://escolasdisruptivas.com.br/metodologias-inovadoras/ensino-hibrido-o-que-e-e-como-pode-ser-usado-na-escola. Acesso em: 10 out. 2021. YAEGASHI, S. et al. (Orgs). Novas Tecnologias Digitais: Reflexões sobre mediação, aprendizagem e desenvolvimento. Curitiba: CRV, 2017, p.23-35. Disponível em: . Acesso em: 10 out. 2021</p> <p>COMPLEMENTAR: DEMO, P. Educação hoje: “novas” tecnologias, pressões e oportunidades. São Paulo: Atlas, 2009. FAGUNDES, L. Tecnologia e educação: a diferença entre inovar e sofisticar as práticas tradicionais. Revista Fonte, Ano 5, n. 8, p. 6-14, dez. 2008.</p>
--

MÓDULO VIII

49. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
LITERATURA HISPANOAMERICANA II	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 15h
<p>Estudo da literatura hispano-americana produzida durante o século XX, tanto de forma geral, pelo estudo das origens e difusão dos movimentos estéticos, como de forma particular, pelo estudo das obras mais representativas.</p>	
REFERÊNCIAS:	
<p>BÁSICA: ANTOLOGIA crítica del cuento hispanoamericano del siglo XX: I. Fundadores e innovadores. Madrid: Alianza, 2002. 362 P. 6 ex. GARGANIGO. John. Huellas de las literaturas hispanoamericanas. 2. ed. Upper Saddle River (NJ): Prentice Hall. 2002. 784 p. JOZEF, Bella. I-história da literatura hispano -americana. 4. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: F. Alves, 2005. 420 p.</p> <p>COMPLEMENTAR: DIAZ, Miguel; TALAVERA, Garcia. Dicionário Santillana. São Paulo: Moderna, 2003 MARTINEZ, Ron; ARIAS, Sandra di Lullo. Como escrever tudo em espanhol: escreva a coisa certa em qualquer situação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002. MASIP, Vicente. Gramática histórica portuguesa e espanhola: urn estudo sintético e contrastivo. São Paulo: EPU, 2003. SANCHEZ, Aquilino; CANTOS, Pascual. 450 ejercicios gramaticales. Madrid: SGEL, 2008. SARMIENTO, Ramón. Gramática progresiva: de español para extranjeros. 6. ed. Madrid: Sociedad General Espanola de Libreria, 2007.</p>	

50. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DE LÍNGUA ESPANHOLA II	Carga Horária Total: 90h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 00h
<p>Observação, monitoria, vivência, pesquisa e análise crítica dos processos didático-pedagógicos e de gestão que ocorrem na escola e/ou em outros espaços educativos. Planejamento, seleção e organização de conteúdos, estratégias de ensino, recursos didáticos e critérios e procedimentos de avaliação, na elaboração de planos de aula. Elaboração de material didático. Prática de ensino em aulas de língua portuguesa e literatura no ensino médio. Produção escrita de relatório final.</p>	
REFERÊNCIAS:	

BÁSICA:	
ANTUNES, I. Gramática contextualizada: limpando “o pó das ideias simples” . 1. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.	
_____. Aula de português: encontro & interação . São Paulo: Parábola editorial, 2003.	
CANDIDO, A. O direito à literatura . In: Vários escritos. 4 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004, p. 169-191.	
CORACINI. M. J. R. F. (Org.). Subjetividade e identidade do(a) professor(a) de português . In: CORACINI. M. J. R. F. (Org.) Identidade e Discurso: (des)construindo identidades . Campinas: Editora da Unicamp; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003.	
COMPLEMENTAR:	
COSSON, R. Letramento literário: teoria e prática . São Paulo: Contexto, 2006.	

51. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (TCC II)	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 00h
Elaboração, apresentação e defesa do trabalho de conclusão de curso.	
REFERÊNCIAS:	
BÁSICA:	
ANDRADE, M. M. Redação científica – elaboração do TCC passo a passo. São Paulo: Factash Editora, 2007.	
FURASTÉ, P. A. Normas Técnicas para o Trabalho Científico : explicação das normas da ABNT. 14 ed. Porto Alegre: s/n, 2005.	
PEREIRA FILHO, J. Metodologia do Trabalho Científico , Cáceres: Editora da UNEMAT, 2011.	
COMPLEMENTAR:	
PFAFF, N.; WELLER, W. Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Educação : teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2010.	
SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico . 21.ed.; 23.ed. ed. São Paulo: Cortez, 2007.	

52. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
LITERATURA BRASILEIRA IV	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 00h
Regionalismos: transformações e permanências. O universalismo de Guimarães Rosa. A prosa intimista de Clarice Lispector. A relação entre a literatura e a violência presente em Rubem Fonseca. Conhecer as principais correntes estéticas e temáticas da contemporaneidade: O concretismo, o tropicalismo, a poesia marginal.	
REFERÊNCIAS:	
BÁSICA:	
ARAÚJO, Peterson Martins Alves. Os sertões infinitos de Rosa e Suassuna : a estética hiper-regional na literatura brasileira. Curitiba: Appris, 2013.	
BOSI, A. História concisa da literatura brasileira . São Paulo: Cultrix, 1987.	
BORGES, T. Literatura brasileira-modernidade e tendências contemporâneas . Montes Claros: Unimontes, 2012.	
COMPLEMENTAR:	
CANDIDO, Antônio. Literatura e sociedade : estudos de teoria e história literária. São Paulo: T.A. Queiroz, 2002.	

53. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR IV	Carga Horária Total: 60h
EMENTA:	Carga Horária Extensão: 00h

Componente curricular que integraliza as atividades acadêmicas da formação docente, e consiste no conjunto de atividades que inter-relacionam o conteúdo próprio das disciplinas do módulo com práticas planejadas e executadas pelo licenciando, sob a orientação do docente responsável pelas atividades que correspondem ao componente curricular tendo como elemento central a pesquisa como princípio educativo. A Prática Docente. O Planejamento. Elaboração do planejamento. Conteúdos. Plano de Aula. Tipos de aula. Avaliação. Memorial de formação docente e estudos sobre a construção da identidade local.

REFERÊNCIAS:

BÁSICA:

ANTUNES, Celso. **Como desenvolver as competências em sala de aula**. Petrópolis: Vozes.

CANDAU, Vera M. **Da Didática fundamental ao fundamental da didática**. In: ANDRÉ, Marli e OLIVEIRA, IBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: forma-se par a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez.

MATINS, Pura Lucia Olivier. **A didática e as contradições da prática**. São Paulo: Papyrus.

COMPLEMENTAR:

MIZUKAMI, António, FINGER, Matthias (org.) **O método (auto)biográfico e a formação**. 2ª ed. Natal EDUFRN, 2014.

NÓVOA, António (Org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote.

SCHON, Donald A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas.

7.8. Terminalidade – Saídas Intermediárias

Esse curso não prevê.

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

Com o intuito de promover a articulação entre os fundamentos teórico- metodológicos e a prática educacional, o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC viabilizará a iniciação à pesquisa e investigação educacionais dos futuros docentes por meio da problematização da prática docente, visto que ao escrever; levantar temas; elaborar hipóteses, comprovando-as ou refutando-as; observar e intervir sobre a realidade, o futuro docente pedagogo constituirá o seu processo de desenvolvimento profissional reflexivo para futuras tomadas de decisões.

Serão contempladas como Trabalho de Conclusão de Curso os formatos de relato de experiência, resumo expandido ou artigo científico, representando discussões de práticas vivenciadas em um dos componentes curriculares do curso.

O TCC será realizado individualmente, em duplas ou trios. A orientação para o desenvolvimento do TCC será realizada na tríade - material didático autoinstrucional, professor mediador/tutor e professor da disciplina, podendo também se desdobrar para o professor da disciplina em que o projeto e vivência estejam sendo contempladas.

A redação do Trabalho de Conclusão de Curso será realizada no sétimo e oitavo períodos, durante o desenvolvimento das disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II, respectivamente.

A defesa final do TCC, resultado da experiência prática vivenciada durante o Curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua e Literaturas Portuguesa e Espanhola-EaD, será

realizada durante a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, em formato de pôster, em evento público a ser organizado no polo de apoio presencial com a presença de uma Banca Examinadora. A Banca Examinadora, composta por dois professores mediadores/tutores e um docente convidado, julgará os quesitos: trabalho escrito; apresentação pública (tempo, segurança, referencial teórico, relevância da prática e clareza) e domínio do conteúdo, emitindo como conceito final: Suficiente (S) ou Insuficiente (I).

Para os casos de reprovações, a banca emitirá um parecer sobre os procedimentos a serem realizados pelo educando para nova investidura no pleito: reordenação e revisão do projeto conforme as observações propostas; ou elaboração de novo projeto e apresentação em período posterior.

A publicação de pesquisa educacional - resultado da experiência prática vivenciada durante o curso - aprovada e apresentada em eventos externos (Congressos, Simpósios, Encontros...), a partir do 6º período, poderá ser validada como Defesa Final do TCC, seguindo normas a serem definidas em Regulamento próprio. Os artigos científicos submetidos à publicação em periódicos e revistas científicas somente poderão ser validados após aprovação da publicação.

9. ATIVIDADES CURRICULARES

As práticas curriculares foram planejadas neste projeto pedagógico, atendendo ao que instruem as normatizações institucionais, contempla atividades que promovam habilidades e conhecimentos importantes para a formação do futuro professor de Letras. Nesta concepção, levou-se em conta um conjunto de habilidades importantes para um futuro professor de Letras (capacidade de se expressar

oralmente, de manusear tecnologias, de observar eventos de ensino- aprendizagem e produzir reflexões críticas, entre outras). As habilidades relacionadas aos conhecimentos científicos serão prioritariamente desenvolvidas no âmbito das disciplinas. O total da carga horária de práticas é de 360 horas, conforme indica a Resolução 02/2019-CNE/CP.

10. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, a Resolução nº 2, de 1º de Julho de 2015, prevê no Art. 1º: *princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que as ofertam* (BRASIL, 2015, p.2).

Com o intuito de garantir aos docentes a formação plena para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e os processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, a Resolução nº 2, de 1º de Julho de 2015, define uma base comum nacional quanto à estrutura e currículo dos cursos de licenciatura, destacando a obrigatoriedade para o cumprimento do

Estágio Curricular Supervisionado:

(...) II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio curricular supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

(...) § 6º O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico. (BRASIL, 2015, p. 2).

Segundo Tardif (2002, p. 13), os docentes possuem, desenvolvem e adquirem saberes variados, provenientes de suas experiências pessoais e profissionais. Os conhecimentos curriculares adquiridos na universidade, ou seja, na formação inicial, assim como os didático-pedagógicos que advêm da formação profissional são entendidos como cultura pessoal que constituem sua prática pedagógica.

Elemento indispensável na formação docente, o estágio curricular supervisionado constitui o currículo do Curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade a distância do IFRR/Campus Boa Vista é regido pelas Normas de Estágio Curricular Supervisionado em consonância com a Lei nº 11.788/08. Este deverá ser realizado junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, obrigatoriamente em instituições de ensino, sob a supervisão de um professor habilitado desta.

O estágio supervisionado é uma modalidade de prática de ensino e tem um papel fundamental na formação profissional docente, na constituição da identidade profissional do aluno. Nesse sentido, o estágio tem como premissa constitutiva em seu desenvolvimento, uma ação vivenciada, reflexiva e crítica, que estabeleça convergências e diálogos entre os conhecimentos difundidos e discutidos ao longo da licenciatura, e a realidade à prática docente, às relações com os pares e à vida profissional no contexto escolar e/ou em outros espaços educativos.

Então, o estágio é concebido como elemento indissociável do processo de formação docente e assumido como compromisso coletivo, interdisciplinar no curso, bem como constitui-se como um lugar de pesquisa, capaz de provocar os discentes estagiários a um olhar mais criterioso que articule teoria e prática à realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão, ou seja, um “professor pesquisador” capaz de analisar a realidade e propor contribuições para a prática docente.

Assim, a indissociabilidade entre o estágio e a pesquisa, como modo de fortalecer aquele como espaço para o conhecimento e transformação da realidade da prática de ensino Língua Portuguesa, Literatura e Língua Espanhola, no processo de formação para a docência e a prática pedagógica, pode possibilitar também uma articulação intrínseca com o Trabalho de Conclusão de Curso, transformando o relatório de estágio um corpus de estudo.

O acadêmico poderá iniciar suas atividades de estágio tendo um professor-orientador do Estágio do IFRR/Campus Boa Vista definido e Carta de Aceite carimbada e assinada pela escola escolhida. Caso o acadêmico realize estágio sem a observância das condições previstas, este não será contabilizado como estágio obrigatório.

10.1. O campo de atividades do Estágio Curricular Supervisionado

Considerando a necessidade de o estágio ser uma atividade desenvolvida e elaborada por meio da articulação entre a instituição de educação superior e o sistema de educação básica, espaço privilegiado da práxis docente, este projeto institui a política de realizar ações acadêmicas conjuntas permanentes de apoio à formação docente, como seminários de estágio, que contam com a participação de professores da rede pública e os acadêmicos do curso de Letras, obrigatoriamente, os matriculados em alguma das disciplinas de estágio, em que ocorrem mesas- redondas, palestras, discussões etc. eventos em parceria com as secretarias municipais de educação, Secretaria Estadual de Educação e outras instituições.

No que se refere ao espaço escolar para a realização do estágio, é possível lançar mão não só das escolas de educação básica da zona urbana do município dos municípios onde se localizam os polos de apoio presencial, bem como das escolas presentes em assentamentos rurais da região e aldeias indígenas, possibilitando o contato do acadêmico com a diversidade étnico-racial, de modo a desenvolver um pensamento crítico, de respeito e valorização dessa diversidade, pois constitui-se como princípios vitais para a melhoria

e democratização do ensino, tornando-se, assim, competente para elaborar ações pedagógicas para um ensino e um processo de ensino-aprendizagem de acordo com a especificidade de cada contexto.

10.2. Atividades de Estágio e Metodologia

Configuram-se atividades de estágio aquelas que atendam à sistemática de orientação/supervisão, observação/monitoria e regência. Ressalta-se que as atividades de orientação/supervisão do professor da disciplina Estágio Curricular Supervisionado é prática contínua durante todo o período de estágio.

Antes de qualquer atividade de estágio, em ambiente fora do IFRR, o acadêmico estagiário terá de providenciar documentação exigida para regulamentar formalmente a parceria entre o acadêmico estagiário, o IFRR e a instituição concedente do estágio, conforme formulário próprio normatizado pela Instituição.

A atividade de observação/monitoria visa possibilitar:

I. A apropriação de conhecimentos relativos à gestão educacional no que se refere ao trabalho cotidiano necessário à prática docente, às relações com os pares e à vida profissional no contexto escolar e/ou em outros espaços educativos, bem como a participação efetiva nas práticas de ensino e aprendizagem dos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Literatura e Língua Espanhola, observando-as e participando/envolvendo-se/colaborando com o professor regente no desenvolvimento delas, a partir de princípios teóricos, éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores;

II. A análise de material didático produzido pelos professores, instituição de ensino e/ou adotado pela escola a partir do Programa Nacional do Livro e do Material Didático do Governo Federal;

III. O exercício da autonomia, responsabilidade e respeito às necessidades de cada ambiente de aprendizagem, bem como empatia, diálogo, resolução de conflitos e cooperação entre acadêmico-aluno e acadêmico-professor, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e

- I. aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo.

No que diz respeito à regência, atividade de atuação do acadêmico estagiário como regente de classe/aula, desenvolvendo efetivamente práticas de ensino de Língua Portuguesa, Literatura e Língua Espanhola, obedecerá aos seguintes pressupostos teórico-metodológicos:

- I. A regência poderá assumir as formas de docência em sala de aula, minicursos, participação em programas especiais e outras proposições do professor-orientador de estágio em consonância com a Resolução vigente do IFRR e contexto contemporâneo, em espaços escolares e/ou em outros espaços educativos;
- II. A definição do conteúdo a ser ministrado, da forma de ensino, dos procedimentos metodológicos, ou seja, todo planejamento terá de considerar a necessidade e realidade do espaço concedente do estágio;
- III. Elaborar material didático e/ou ressignificar a proposta do material didático adotado oficialmente pela escola orientado com as metodologias inovadoras em uma abordagem alinhada com a Base Nacional Comum Curricular e com o mundo contemporâneo, visando o desenvolvimento de competências, por meio de

(...) indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho) (BRASIL, 2017).

- IV. Utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação como recurso didático para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem.

Em cada componente curricular de estágio, o acadêmico tem de ser orientado a registrar em relatório (conforme modelo vigente do IFRR) as práticas vivenciadas em cada atividade de estágio, a saber: observação/monitoria e regência, evidenciando as aprendizagens do licenciando requeridas para a docência, exigindo uma postura crítica que implique a “articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Resolução 02/2019 CNE), constituindo, assim, o estágio em uma atividade de pesquisa.

10.3. Carga Horária

Em termos de carga horária, este projeto de formação em Letras possui a carga horária total de 405 horas de estágio supervisionado, distribuídas em cinco componentes curriculares conforme ilustrado no quadro a seguir, em cumprimento à resolução CNE/CP n. 02/2019, em seu artigo 11, inciso 3, alínea a de define o mínimo de: “400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de

trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora.”

Disciplina	Carga horária	Atividades
Introdução ao Estágio Curricular Supervisionado	60h	<ul style="list-style-type: none">• Teoria/orientação• Prática curricular
Estágio Curricular Supervisionado de Língua Portuguesa e Literatura I	90h	<ul style="list-style-type: none">• Orientação e abordagem teórica• Observação/monitoria e regência (planejamento, elaboração de material didático e prática de ensino em aula de Língua Portuguesa e Literatura
Estágio Curricular Supervisionado de Língua Portuguesa e Literatura II	90h	
Estágio Curricular Supervisionado de Língua Espanhola I	95h	<ul style="list-style-type: none">• Orientação e abordagem teórica• Observação/monitoria
Estágio Curricular Supervisionado de Língua Espanhola II	90h	<ul style="list-style-type: none">• Orientação e abordagem teórica• Regência (planejamento, elaboração de material didático e prática de ensino em aula de Língua Espanhola

11. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACCS)

As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais permitem ao acadêmico uma ampla formação num conjunto de temáticas ligadas à sua área de conhecimento e a áreas afins, a partir de cursos, eventos, seminários, simpósios, fóruns, intercâmbios linguísticos, sendo que a carga horária a ser cumprida nestas atividades são de, no mínimo, 60 (sessenta horas). Conforme a Resolução CNE/CP nº 2/2015, para os cursos de formação docente, compreendemos que as atividades acadêmicas, científicas e culturais complementares à formação são aquelas previstas no Núcleo de Estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em:

[...] a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição; b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos; c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC; d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social (Resolução CNE/CP 02/2015, p. 10).

Dessa forma, tais atividades não se resumem a ações de naturezas didática e acadêmica, envolvendo práticas socioculturais que estejam, de algum modo, relacionadas à formação do docente. Entende-se que, também no Ensino Superior, os acadêmicos devem estar imersos em atividades que contribuam tanto para sua formação cidadã, quanto para a sua prática profissional, principalmente porque, os docentes a serem formados serão os educadores futuros. As atividades aqui consideradas se revestem, portanto, de singular relevância para a complementação da formação do pedagogo.

Essas atividades, que totalizam 60 horas, são obrigatórias, e podem ser realizadas pelos graduandos durante o período de integralização do curso. A relação de atividades e sua correspondência por carga horária está definida na Resolução CONSUP nº 434/2019, que aprova o Regulamento de Atividades Acadêmico Científico Culturais, que dispõe sobre o regime de atividades complementares próprias dos Cursos de Licenciatura Presencial e/ou EaD do IFRR, que estabelece a sua forma de realização, em atendimento à Resolução CNE/CP nº 02 de 2015.

De posse dos documentos comprobatórios, em qualquer tempo, o educando pode registrar as horas correspondentes junto à Coordenação de AACC, anexando os documentos comprobatórios no Ambiente AACC, disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem do curso de Licenciatura em Pedagogia EaD. A validação das atividades se dá pela análise dos documentos comprobatórios registrados no AVA, em consonância com as modalidades estabelecidas no Regulamento, devendo ser devidamente comprovadas por meio da apresentação de certificados ou declarações, relatórios, cuja veracidade é verificada.

12. ATIVIDADES A DISTÂNCIA

A metodologia do curso parte do referencial teórico definido na matriz curricular e a concepção de ensino na relação pedagógica. Assim, o Núcleo Docente Estruturante – NDE do curso se fundamentou na perspectiva de que professor, professor mediador/tutor e educando são sujeitos inseridos em um contexto histórico e que a construção do conhecimento ocorra na mediação constante dos saberes

disciplinares e nas metodologias de ensino preconizadas no AVA.

No decorrer dos oito módulos os conteúdos das disciplinas serão apresentados, refletidos, discutidos e desenvolvidos pelos professores nas seguintes metodologias: Material apostilado - textos organizados com o referencial teórico norteador do conteúdo que permitirá ao acadêmico conhecer os fundamentos teóricos de cada área de conhecimento do curso; Videoaulas - discutem a temática da semana, ampliam o referencial teórico e relacionam as possibilidades que a teoria permite na intervenção prática da futura profissão; Vídeos complementares de diferentes profissionais da educação - para não se restringir somente ao olhar do professor aos fundamentos teóricos, discutirão a temática e contribuirão para ampliar o entendimento teórico.

Atividades avaliativas diversificadas permitirão que as metodologias sejam ressignificadas a cada semana: Questionário - permite aprofundar discussões, evidenciar pontos importantes da temática discutida por meios de questões que perpassam pela reflexão entre a teoria e a prática, o suporte da legislação, aspectos históricos ou sociais que permitem a contextualização do tema no processo de formação; Tarefa - propicia diferentes possibilidades de ações como pesquisa, atividades pontuais com questões abertas que contribuem para a reflexão de determinada situação problema para a busca de soluções no cenário educacional ou do cotidiano da sala de aula; Wiki - o acadêmico será convidado a

participar com os colegas a tecerem textos a partir de uma temática ou situação problema, interajam os saberes, dúvidas, opiniões e a cheguem a uma decisão na elaboração de um texto que apresente a visão do grupo; Glossário - contribui para que os significados dos termos relevantes de cada temática ou conceitos teóricos sejam selecionados e priorizados no processo de ensino e aprendizagem e Fórum - permite a reflexão prática com a teórica estudada e discutida.

O Fórum deverá promover interação e comunicação entre os usuários do curso nas disciplinas: Fórum de Dúvidas Semanal - educandos podem apresentar dúvidas referentes ao conteúdo da semana e atividades; Fórum de Dúvidas para Webconferência - os estudantes podem postar dúvidas ou conteúdos que precisam ser abordados pelo docente. Ademais, os tutores poderão utilizar encontros via chat ou webconferências para sanar dúvidas pontuais a um maior número de alunos. Além de haver no AVA um Fórum oculto aos estudantes - Fórum de Comunicação Tutores x Professor, em que tutores podem enviar dúvidas e feedbacks semanais do andamento das atividades aos professores. Acredita-se que essa devolutiva é um elemento norteador à sequência do trabalho do professor, que se julgar necessário, poderá acrescentar, transformar, adequar elementos na sequência de seu trabalho, como por exemplo, gravar nova videoaula para esclarecer dúvidas, articular saberes com a prática educativa ou até mesmo estabelecer relações entre os conteúdos estudados no decorrer das semanas, rompendo assim, a fragmentação do ensino, proporcionando ao estudante melhor compreensão dos assuntos estudados. Em caso de dúvida ou sugestão, tutores e professor terão disponibilidade ao diálogo, sendo uma cópia das mensagens transmitidas via plataforma será enviada ao e-mail de cada usuário, evitando ruídos na comunicação.

É a partir dessa reflexão que o NDE propôs a metodologia do curso, um caminho que parte do perfil do egresso, da coerência entre o que se faz na formação do educando e o que se espera dele como futuro professor. Desse princípio as disciplinas foram organizadas, em consonância com a Resolução CNE/CP nº 02/2015.

Reforçando a preocupação da proposta curricular do curso ao que concerne às metodologias inovadoras e mediadoras para a formação do futuro docente, ao iniciar a formação, o acadêmico cursa a primeira disciplina - Introdução à EaD: Linguagem e Tecnologia, estratégia adotada para que o ingressante sintam-se seguro no curso e manifeste ou desenvolva as habilidades mínimas necessárias ao desempenho de suas atividades acadêmicas. Neste quesito, introduz-se novas formas de interação entre discentes e tutoria que visem ampliar a capacidade de acompanhamento efetivo dos educandos, de forma cotidiana e personalizada, a fim de evitar a evasão.

A diversificação das metodologias será incentivada e concretizada tanto de forma presencial (momento em que estudantes vivenciam a realidade escolar, por meio das disciplinas de PCC, estágio supervisionado ou TCC, encontros presenciais) quanto virtual (TIC's e recursos disponíveis no AVA), por meio de seminários, trabalhos de campo, pesquisas em bibliotecas, projetos, teatros, leituras, dramatizações, expressão corporal, jogos pedagógicos, entre outros.

Tais práticas, vividas ao longo dos quatro anos de curso, acrescidas de experiências teórico-prática e integradoras, proporcionadas principalmente pelas disciplinas de PCC's e Estágio Supervisionado, contextos em que são proporcionados momentos de observação (do contexto educacional, da comunidade em que a unidade escolar está inserida, das condições materiais, da clientela atendida pela escola, da prática pedagógica realizada pelo professor, da organização da escola e da sala de aula, da relação da escola com a comunidade, dos estudantes, dentre outros), e efetivação de práticas pedagógicas (regência, elaboração e desenvolvimento de projetos), possibilitam as condições necessárias para o desenvolvimento de competências e habilidades para atuarem de forma significativa nas realidades locais e regionais.

13. ATIVIDADES DE TUTORIA

13.1. Sistema de Tutoria

O Sistema de Tutoria recebe atenção especial nas atividades da DEAD/IFRR/Campus Boa Vista, pois o papel desempenhado pelo tutor no processo de ensino e aprendizagem da educação a distância está no centro dos indicadores de qualidade do curso. A DEAD/IFRR/Campus Boa Vista, em parceria com a UAB, terá dois grupos de tutores: tutoria a distância e tutoria presencial.

13.2. Tutor a Distância

A relação entre o grupo de tutores a distância e os estudantes será mediada por tecnologias de informação e comunicação, especialmente pelas ferramentas disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Esses tutores trabalharão em consonância com os professores da disciplina e com os tutores presenciais e serão orientados pelas coordenações de Tutoria e de Curso.

O processo de acompanhamento da realização das atividades se dará de forma intensiva e isso requererá do tutor virtual as seguintes atribuições:

- Auxiliar na realização das atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- Interagir com os alunos sob sua supervisão;
- Consultar o professor coordenador da disciplina sobre questões referentes ao conteúdo;
- Orientar o aluno sobre com quem falar para solucionar alguma outra dificuldade que não seja de sua competência;
- Consultar a coordenação de tutoria e professor da disciplina sobre dificuldades referentes à interação com os alunos.

O sistema de tutoria virtual receberá atenção especial da Equipe de EaD da DEAD/IFRR/Campus Boa Vista, pois considera-se que o processo de interação/interatividade constitui ponto central na proposta metodológica dos cursos de EaD do IFRR/Campus Boa Vista.

13.3. Tutor de Apoio Presencial

Os tutores presenciais serão professores selecionados pela instituição de ensino, lotados nas diversas regiões e envolvidos no projeto. Serão escolhidos por meio de um processo de seleção que levará em conta alguns critérios:

- Residir preferencialmente na região onde se desenvolve a licenciatura;
- Possuir, preferencialmente, licenciatura em Pedagogia;
- Apresentar disponibilidade para se dedicar, em tempo exclusivo, ao cumprimento das tarefas que compõem suas atividades;
- Demonstrar possuir os conhecimentos necessários às funções que desempenhará enquanto orientador acadêmico;
- Aceitar participar, como cursista, de uma capacitação em Educação Aberta e a distância – Orientação Acadêmica.

Dentre as atribuições do tutor presencial, podemos destacar:

- Dar instruções básicas de informática;
- Orientar o aluno na navegação no ambiente virtual de aprendizagem;
- Auxiliar o aluno a gravar, copiar, enviar atividades e trabalhos via internet ou correspondência para os professores;
- Auxiliar o aluno na organização da sua agenda (plano de estudos);
- Mediar ou auxiliar, sempre que necessário, a comunicação entre alunos e tutores a distância responsáveis pelas disciplinas.

O tutor presencial deve ter disponibilidade, cerca de 20 h, em dois ou três períodos semanais no Polo de Apoio Presencial, com dias e horários pré-definidos e repassados aos alunos para os “plantões de dúvidas”, grupos de estudos ou refazer aulas de laboratório. Os tutores presenciais têm como função acompanhar o desenvolvimento teórico (didático) do curso, estar presentes nas aulas práticas e nas avaliações que ocorrerem no Polo de sua competência.

Reporta-se ao orientador acadêmico para instrução e soluções de dúvidas. O caso de não conseguir sanar as dúvidas deve recorrer ao tutor a distância.

A tutoria no curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua e Literatura de Línguas Portuguesa e Espanhola-EaD é um componente fundamental do sistema e tem a função de realizar a mediação entre o estudante e os recursos didáticos de curso. Trata-se de um dos elementos do processo educativo que possibilita a (re)significação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional.

O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único. O tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas, as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão, com os professores formadores, a

respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem no Trabalho de Conclusão de Curso.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, como se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido, necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se relaciona-se com outros estudantes para estudar, se participa de organizações ligadas à sua formação.

Além disso, o tutor deve, neste processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos dos aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico-metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela IFRR/Campus Boa Vista antes do início do curso e ao longo do curso.

Como recursos para interlocução tutor-aluno poderão ser utilizados:

• Ambiente Virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;

• Videoconferência;

• Vídeoaula;

• Telefone;

• E-mail.

Os encontros presenciais serão eventos que envolverão os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. As atividades a serem contempladas podem incluir: avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, estágio, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica.

13.4. Papel do Docente e do Professor Mediador/Tutor

São atribuições para professores mediadores/tutores e docentes do curso:

13.4.1. Professor Mediador/Tutor:

- Cumprir carga horária junto ao polo de apoio presencial e AVA estabelecida pela Coordenação de Curso e Coordenação de Plataforma e Tutoria;
- Registrar frequência via ponto eletrônico de acordo com a carga horária presencial estabelecida pela Coordenação de Curso e Coordenação de Plataforma e Tutoria;
- Garantir acesso regular ao AVA durante o período do contrato;
- Atentar para as informações contidas no Guia da Disciplina, informando à Coordenação de Plataforma e Tutoria quanto a possíveis divergências entre o Guia e as atividades postadas no AVA;
- Garantir que a comunicação com os docentes e educandos seja realizada preferencialmente via AVA, com retorno de no máximo 24 horas;
- Manter contato constante com os educandos, motivando-os continuamente para o estudo;
- Orientar e supervisionar trabalhos dos educandos, ajudando-os a adquirir autonomia;
- Esclarecer dúvidas sobre o conteúdo e atividades propostas pelas disciplinas;
- Assistir às webconferências realizadas pelos docentes;
- Corrigir atividades online, mediante gabarito elaborado pelo docente, em até 1 (uma) semana após o encerramento da atividade;
- Participar e corrigir fóruns avaliativos online, mediante orientações do docente, em até 1 (uma) semana após o encerramento da atividade;
- Proporcionar feedback das atividades e avaliações realizadas;
- Organizar relatórios da participação do educando no AVA, conforme critérios previamente definidos;
- Garantir, com antecedência, a reprodução das avaliações presenciais a serem aplicadas;
- Aplicar e corrigir as avaliações presenciais, mediante gabarito elaborado pelo docente, em até 10 (dez) dias após a aplicação;
- Lançar notas no AVA;
- Instruir os educandos sobre regulamentos e procedimentos do Curso como prazos de matrícula, rematrícula, dispensa de disciplinas, solicitação de dependências, apresentação de atestados e quaisquer outras atividades inerentes ao curso;
- Apresentar os interesses dos educandos junto à Coordenação;
- Participar do processo de matrícula de ingressantes quando requisitado pela Coordenação de Plataforma e Tutoria;
- Realizar a conferência das notas lançadas no AVA e no Sistema Acadêmico (Webgiz) após o término da disciplina, quando requisitado pela Coordenação de Plataforma e Tutoria;
- Participar das Reuniões Pedagógicas e Capacitações quando requisitado pela Coordenação de Plataforma e Tutoria.

Docente:

- Garantir acesso regular ao AVA durante o período da disciplina;
- Garantir que a comunicação com os professores mediadores/tutores e educandos seja realizada preferencialmente via AVA, com retorno de no máximo 24 horas;
- Alimentar semanalmente o AVA com todas as informações necessárias para o bom andamento da disciplina;
- Elaborar/selecionar o material didático da disciplina a ser postado no AVA;
-
- Elaborar o Guia da Disciplina a ser postado no AVA, seguindo normas estabelecidas pela coordenação de curso;
- Elaborar um vídeo de apresentação do professor e da disciplina, com esclarecimentos e orientações sobre os encontros presenciais, divisão da carga horária, formas de avaliação da aprendizagem, unidades trabalhadas, dentre outros;
- Elaborar vídeos semanais, de preferência de sua autoria, sobre os assuntos pertinentes à disciplina;
- Orientar os professores mediadores/tutores quanto as correções de todas as atividades propostas, enviando aos mesmos o gabarito de correção até no máximo a data do encerramento da atividade;
- Participar ativamente do Fórum de Dúvidas da disciplina;
- Elaborar as avaliações presenciais (individual e em grupo), bem como o gabarito de correção;
- Elaborar as avaliações presenciais adaptadas para os educandos de inclusão, seguindo recomendações do NAPNE, bem como o gabarito de correção;
- Encaminhar as avaliações aos coordenadores de polo com 30 (trinta) dias de antecedência à sua aplicação;
- Elaborar avaliações presenciais (individual e em grupo) para aqueles educandos que tiveram o requerimento de Segunda Oportunidade deferido, bem como o gabarito de correção;
- Elaborar a avaliação presencial de Exame Final, bem como o gabarito de correção;
- Organizar e participar de pelo menos 1 (uma) webconferência antes da avaliação presencial;
- Lançar notas no WebGiz em até 10 (dez) dias após o encerramento da disciplina;
- Participar das Reuniões Pedagógicas e Capacitações quando requisitado pela Coordenação de Curso.

13.4.2. O Coordenador de Plataforma e Tutoria

O curso de Licenciatura em Letras Com habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola contará com uma Coordenação de Plataforma e Tutoria, que atuará com a Coordenação de Curso e Administrador da Plataforma.

Quanto à tutoria, este profissional norteará o trabalho dos professores mediadores/tutores, e nesse contexto, as atribuições e rotinas desempenhadas por eles no exercício de suas funções. Mantém o elo entre os professores mediadores/tutores e docentes para que as práticas pedagógicas elaboradas sejam executadas na forma planejada.

Quanto à plataforma, este profissional verificará a alimentação do AVA pelo Designer Instrucional, mediante envio dos materiais elaborados pelos docentes, de forma a garantir o bom funcionamento da plataforma bem como o cumprimento do estabelecido nos Guias das disciplinas.

13.4.3. A Equipe Multidisciplinar

A Equipe Multidisciplinar do curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua e

Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola do IFRR/Campus Boa Vista foi instituída com o intuito de se adequar ao novo Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância, publicado pelo INEP/MEC.

Composta por profissionais de várias áreas, esta equipe tem a ciência que seu papel junto ao curso é atuar com responsabilidade quanto a concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais para EaD.

14. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E A EXTENSÃO

Esse PPC se fundamenta no princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, previsto no art. 207 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; na concepção de currículo estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.364/96); na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014/2024 (Lei nº 13.005/2014); na Resolução nº 07 de 2018 do Conselho Nacional de Educação e na Política de Extensão do IFRR/Campus Boa Vista, de modo a reconhecer e validar as ações de Extensão institucionalizadas como integrantes da grade curricular do Curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola-EaD.

A relação entre ensino, pesquisa e extensão é mediada pelas seguintes áreas e linhas de pesquisa que compõem o curso de Letras:

a) Educação

Educação, Cultura e Sociedade: estuda as relações entre os três campos do saber que nomeiam a linha de pesquisa, considerando diversos conceitos e elementos articuladores, tais como: relações históricas, políticas e culturais, políticas públicas, linguagem, poder,

discurso, representação, políticas de Identidade, diversidade, multi e interculturalidade, mídia, movimentos sociais, trabalho, escola, processo educacional formal e informal, desigualdades sociais, gênero, violência, meio-ambiente e religiosidade.

b) Linguística E Línguas

Línguas, Discurso e Sociedade: abarca projetos que se dedicam à documentação, descrição e análise do fenômeno linguístico a partir de diferentes posições teórico-metodológicas.

Linguagens e Ensino: congrega projetos que visam ao estudo das diversas formas de linguagem e suas relações com o ensino-aprendizagem de línguas.

c) Literatura

Literatura, História e Memória Cultural: propõe-se ao estudo das relações entre literatura, história e memória cultural com o objetivo de discutir a institucionalização canônica dos textos, analisando representações poéticas e ficcionais nos diversos contextos em que se inserem, atentando-se para a diversidade e intersecções estéticas e as articulações entre experiência e organização social.

Escritas literárias e imaginários culturais: dedica-se ao estudo das diversas modalidades de discursos, abarcando reflexões que as classificam ou não como literatura, bem como sua intersecção em diferentes culturas.

Literatura, Leitura e Ensino: propõe a reflexão sobre a prática pedagógica da leitura do texto literário visando a uma formação de repertório e a um gradual letramento, a partir de discussões e diferentes proposições metodológicas que incluam tanto a proficiência leitora como a humanização e a criticidade.

A extensão, por sua vez, está vinculada aos projetos pedagógicos propostos nas escolas de Educação Básica, pois a Licenciatura em Letras, através da extensão, influencia e também é influenciada pela comunidade, pois como uma via de duas mãos, a Universidade leva conhecimentos e/ou serviços e aprende com esses saberes externos, que no caso da formação de professores, pode configurar-se na apropriação de fazeres e práticas pedagógicas presentes nas instituições escolares da Educação Básica. Nesse sentido, a implementação da BNCC, que impactará decisivamente na futura carreira dos licenciados, faz com que se relacione a prática de extensão universitária com a consecução dos projetos pedagógicos das unidades escolares, já que o texto proposto pelo documento oficial preconiza que “é papel da escola auxiliar os estudantes a aprender a se reconhecer como sujeitos, considerando suas potencialidades e a relevância dos modos de participação e intervenção social na concretização de seu projeto de vida” (BRASIL, 2017, p. 473), concepção esta, pertinente e necessária à formação dos nossos licenciados, que ao passarem por esse intercâmbio com as escolas, podem desenvolver relações: multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais, uma vez que o contato com programas de formação continuada dos profissionais da Educação Básica representará uma atualização didático-pedagógica aos nossos alunos, que, ao colocarem em prática os conhecimentos teóricos adquiridos no Curso, refletirão sobre a realidade educacional, reformulando e readaptando conceitos anteriormente, apenas, visitados na literatura técnico-acadêmica.

Uma vez que a extensão “é a mediação entre os processos de aquisição do conhecimento e a sua materialização em ações transformadoras da realidade” (KUENZER, 2002) serão propostas atividades semestrais, para as quais buscaremos parcerias com as secretarias municipais e/ou estaduais de educação e assistência social, com outros cursos do IFRR vinculados as áreas do Curso de Letras:

Na área de Língua Portuguesa e respectivas literaturas, o foco dar-se-á na formação do leitor e na construção da capacidade cognitiva para a leitura; que pode levar à melhoria do raciocínio, da compreensão e interpretação da realidade vivida, pois segundo Antônio Cândido (1995) “a grande massa não lê, não é por incapacidade, e sim por privação” e é contribuir para que os meios de acesso à Língua Portuguesa e o desenvolvimento na fruição de suas respectivas literaturas é o que pretende-se oportunizar;

Na área de Língua Espanhola pretende-se promover o ensino do espanhol, em uma perspectiva intercultural e comunicativa, bem como possibilitar, por meio da cultura de países hispanofalantes, a reflexão sobre a própria cultura e as causas dos estereótipos, dos preconceitos e dos mal-entendidos na comunicação entre povos de diferentes culturas.

Quanto à materialização das atividades há a possibilidade de desenvolver saraus, exposições artísticas, aulas expositivas, oficinas e seminários, como em ambas as áreas há a promoção do estudo da cultura e da arte gerando atividades com músicas, vídeos, filmes e literatura, que promovam o diálogo entre as culturas e aprimorem as habilidades linguísticas (oral, escrita, auditiva e leitora) dos participantes.

Além das possibilidades já citadas, este Curso garante ao discente a participação em quaisquer atividades de Extensão, respeitados os eventuais pré-requisitos especificados nas normas pertinentes. O discente deve atuar integrando a equipe no desenvolvimento das atividades, nas seguintes modalidades:

- Em projetos de Extensão, como bolsista ou não, nas atividades vinculadas;
- Em cursos, na organização e/ou como ministrantes;

- Em eventos, na organização e/ou na realização.

Estas atividades serão registradas no histórico escolar dos discentes como forma de seu reconhecimento formativo, e devem conter título, nome do coordenador, IES de vinculação, período de realização e a respectiva carga horária.

15.APOIO AO DISCENTE

Ao pensar em ações de acolhimento e permanência, discorreremos sobre a Aula Inaugural, primeiro encontro presencial do curso de Letras com Habilitação em Língua e Literaturas Portuguesa e Espanhola-EaD do IFRR/Campus Boa Vista, onde os educandos serão recepcionados em cerimônia pela equipe gestora das atividades de ensino, de pesquisa e extensão do IFRR/Campus Boa Vista.

Neste encontro, serão apresentados aos tutores, docentes e coordenação de curso, informados sobre o cotidiano acadêmico, oportunidades, desafios e responsabilidades, além de características gerais do curso e o perfil do egresso que os qualificará profissionalmente.

Após a cerimônia, serão convidados a realizar um tour pelo AVA nos Laboratórios de Informática, onde serão recepcionados pelos professores mediadores/tutores que acompanham e orientam o acesso na plataforma mediante login e senha.

Nessa oportunidade, os calouros serão conduzidos a acessar a Área do Aluno – que contém materiais instrucionais e orientadores, e a disciplina Educação Aberta e a Distância, identificando a localização dos materiais didáticos, atividades avaliativas e fórum de dúvidas. Essa iniciativa é fundamental principalmente para aqueles alunos que, mesmo recebendo via e-mail vídeo tutorial para o primeiro acesso, ainda apresentam dificuldades.

Nos dias que seguem, fase inicial delicada, os tutores ficarão atentos a qualquer demanda específica como, por exemplo: marcar atendimentos individualizados no polo e fazer contato via telefone. No decorrer do curso, apesar do aluno adquirir segurança, o atendimento e o monitoramento da assiduidade do aluno no AVA continua a ser realizado. Ao identificar a ausência de estudantes na plataforma e/ou envio de atividade, os tutores deverão intervir pontualmente (mensagens no AVA, ligações telefônica, WhatsApp) e através do diálogo com o estudante, realizar as intervenções

pedagógicas necessárias.

Com foco na acessibilidade e na equidade do aprendizado dos educandos, sempre que necessário, os tutores também deverão realizar chats e webconferências, sanando dúvidas sobre conteúdos e recursos da plataforma, além de realizarem doze horas semanais de atendimento no polo de apoio presencial. Acredita-se que os feedbacks frequentes dos tutores aos estudantes possibilitarão um clima de afetividade entre ambos, tornando-os mais próximos e companheiros. Esse vínculo, permeado pela atenção e carinho (de ambas as partes) se refletirá na aprendizagem que se tornará mais prazerosa. Tais ações supracitadas resultarão em práticas exitosas e inovadoras visto que no plano afetivo o aluno se sentirá seguro em seu processo de aprendizado, dando espaço a interação e a colaboração.

No plano Institucional, o IFRR/Campus Boa Vista - polo possui uma Coordenadoria de Assistência ao Educando - CAES, setor diretamente ligado ao educando que por meio de uma Equipe Multidisciplinar promove a orientação educacional para assuntos didáticos, pedagógicos, socioeconômicos e emocionais. Tem como objetivo intervir positivamente na formação dos educandos da instituição e proporcionar-lhes ambiente e condições adequadas ao seu processo de aprendizagem; coordenar, acompanhar, e avaliar o atendimento aos educandos, bem como orientar aqueles que apresentam problemas que interferem no seu desempenho acadêmico e no cumprimento das normas disciplinares da instituição.

Adicionalmente, o IFRR/Campus Boa Vista oferece oportunidades de apoio financeiro nos quais os educandos do curso podem participar mediante aprovação em processos seletivos, tais como: estágio remunerado não obrigatório, monitoria, bem como projetos de ensino, pesquisa, extensão e/ou inovação financiados por órgãos de fomento ou pelos próprios IFRR/Campus Boa Vista.

Destaca-se, ainda, o atendimento às pessoas com deficiência ou com transtornos globais, no qual o IFRR/Campus Boa Vista conta com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais - NAPNE, sendo este, em parceria com o corpo docente e demais setores institucionais, os responsáveis pela garantia de acesso e permanência dos educandos com necessidades especiais no espaço educacional da IES.

Na perspectiva da educação inclusiva, o Núcleo tem desenvolvido ações em conformidade com o Decreto Federal nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. A exemplo de atuações assistidas: gestantes; educandos acidentados; deficientes físicos; educandos com problemas de visão, audição e fala; vítimas de preconceito racial ou de orientação sexual.

Neste sentido, com o intuito de facilitar a aprendizagem do aluno que apresenta algum tipo de deficiência visual ou auditiva, o AVA do curso de Pedagogia conta com algumas ferramentas para intervenção, caso necessário: 1. Ferramenta de acessibilidade que aumenta ou diminui o tamanho e também a cor da fonte; 2. Link ao DosVox, sistema que realiza a comunicação com o deficiente visual através da síntese da voz em português ou outro idioma.

Nos planos de acessibilidade, o IFRR/Campus Boa Vista prevê nos seus regulamentos:

Acessibilidade arquitetônica – condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Acessibilidade atitudinal – refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

Acessibilidade pedagógica – ausência de barreiras nos métodos e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente. A forma como os docentes concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional determinará, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

Acessibilidade nas comunicações – eliminação de barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, etc., incluindo textos em Braille, grafia ampliada, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).

Acessibilidade digital – direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

15.1. Atendimento a pessoas com Deficiência ou com Transtornos Globais

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei nº 9.394/96), art. 59, os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais, “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as suas necessidades”. Cabe às instituições educacionais prover os recursos necessários ao desenvolvimento dos educandos com necessidades educacionais específicas, garantindo aos mesmos o acesso, a permanência e a conclusão com êxito no processo educacional.

Conforme PDI (2019 a 2023) do IFRR, os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais analisam os laudos médicos quando apresentados e, no caso de ingresso do candidato, encaminham as providências para que os novos educandos tenham pleno acesso aos serviços pedagógicos.

O IFRR/Campus Boa Vista conta com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), órgão responsável por assessorar e acompanhar as ações no âmbito da Educação Inclusiva, tendo as seguintes competências:

Refletir e promover a cultura da inclusão no âmbito do IFRR/Campus Boa Vista por meio de projetos, assessorias e ações educacionais, contribuindo para as políticas e ações inclusivas nas esferas municipal, estadual e federal;

- I. Implantar e implementar políticas de acesso, permanência e conclusão do processo educacional com êxito, respeitando as especificidades do educando, em articulação com os poderes públicos e sociedade civil;
- II. Assegurar ao educando com necessidades especiais o espaço de participação, de modo que, em seu percurso formativo, adquira conhecimentos e também valores sociais consistentes que o levem a atuar na sociedade de forma autônoma e crítica;
- III. Propiciar o envolvimento da família do educando com necessidades especiais nas ações inclusivas, visando sua participação no processo educacional e inserção do educando no mundo do trabalho;
- IV. Zelar para que, na elaboração de documentos institucionais, seja contemplada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no ensino regular;
- V. Promover eventos que envolvam a sensibilização e capacitação da comunidade escolar e sociedade civil;
- VI. Captar e gerir os recursos financeiros disponibilizados pelo poder público e iniciativa privada, definindo prioridades de ações e aquisição de equipamentos, softwares, materiais didático-pedagógicos e materiais para a Sala de Recursos Multifuncionais;
- VII. Sugerir a contratação de profissionais especializados para atuarem junto aos educandos com necessidades especiais, possibilitando a estruturação dos Núcleos de Acessibilidade;
- VIII. Fazer cumprir a organização curricular diferenciada, bem como a adequação de métodos, técnicas, recursos educativos e demais especificidades pedagógicas que se fizerem necessárias;
- IX. Incentivar projetos de pesquisa e projetos de extensão na área da Educação Inclusiva.

Parágrafo único: Entende-se por Núcleo de Acessibilidade aquele composto por profissionais, não necessariamente que compõem o NAPNE, que auxiliarão diretamente os educandos com necessidades especiais.

Assim, objetiva-se garantir o que determina a legislação em vigor - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96), Decreto 7.611/2011, Resolução nº 04/2009 e Decreto nº 5.626/2005, as quais devem ser observadas por todos os envolvidos no processo educativo.

Os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação que ingressarem no Curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua e Literaturas Portuguesa e Espanhola-EaD poderão ser acompanhados pelo NAPNE, com apoio dos setores de Assistência ao Educando e Pedagógico, docentes, familiares e demais integrantes da comunidade escolar, que fará uma primeira avaliação dos mesmos, encaminhando-os se necessário a profissionais da área da saúde, bem como, acompanhando-os em seu processo educativo, a fim de garantir a permanência e a conclusão do curso com êxito, dentro de suas

possibilidades, auxiliar sua inserção no mercado de trabalho e, sobretudo, assegurar o cumprimento da legislação nacional e das Políticas de Inclusão do IFRR/Campus Boa Vista.

16. TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TDICs

16.1. Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC no processo ensino aprendizagem

São recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, com destaque para aquelas disponíveis no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), Moodle.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) constituem boa parte da vida acadêmica dos educandos do curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua e Literaturas Portuguesa e Espanhola-EaD do IFRR/Campus Boa Vista, uma vez que o oferecimento de cursos na modalidade a distância só é possível devido ao uso e evolução das TIC's.

Neste sentido, as TIC's estarão presentes no dia a dia do nosso aluno, desde o acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem - nossa sala de aula virtual, ao início de uma disciplina, até as avaliações presenciais, ao término de cada disciplina, que comumente são utilizadas salas de aula com recursos multimídias ou laboratórios de informática.

O AVA do curso de Letras com Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola-EaD se define para além de simples repositório de textos, imagens e vídeos. Dentro dos princípios da aprendizagem *e-Learning* é configurado para garantir aos usuários do curso uma diversidade de ferramentas síncronas e assíncronas que oportunizam novas competências, habilidades, formas de ser e fazer educando e docente, facilitando o processo de ensino aprendizagem, além de torná-lo mais prazeroso. O presente Projeto Pedagógico do Curso prima pelo uso de ferramentas como enquete, webconferência, mensagem, glossário, tarefa, questionário, fórum, chat e wiki.

Para cumprir os objetivos mínimos previstos considera-se necessário que o AVA contenha recursos mínimos de atividades e que os docentes as utilizem diversificadamente, tais como aquelas presentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, que é o AVA escolhido para a oferta do curso. Destacam-se, dentre outros:

a) **Enquete:** é o instrumento utilizado para coletar opiniões acerca de um assunto referente a disciplina, módulo, tema etc. O professor pode fazer uso desse recurso para, por exemplo, saber qual o melhor dia e horário para a realização de um chat, uma pesquisa de campo, um trabalho presencial, entre outros.

b) **Webconferência:** é um recurso tecnológico que possibilita conectar professores, professores mediadores/tutores e educandos por meio da internet, para a realização de eventos e/ou aula online. A comunicação é feita por áudio e vídeo, em tempo real e com a possibilidade do uso de textos e arquivos.

c) **Diálogo/Mensagem:** ferramenta que permite a troca de mensagens entre dois participantes (docente-educando/educando-educando). Desde que a atividade tenha sido criada, qualquer participante pode iniciar um diálogo, convidando alguém para uma conversa assíncrona.

d) **Glossário:** dicionário que pode ser utilizado para escrever alguns termos relacionados com um determinado assunto. Uma das suas funcionalidades mais importantes é a possibilidade de realçar termos existentes no glossário ao aparecerem num recurso ou atividade da página (hiperlinks).

e) **Tarefa:** permite ao docente agendar /propor a realização de tarefas que envolvam a elaboração de algum produto em formato digital a ser submetido na plataforma em prazo definido. As tarefas mais comuns neste tipo de atividade incluem artigos, ensaios, projetos e relatórios. O docente dispõe de um campo para comentar cada trabalho.

f) **Questionário:** permite ao docente criar testes objetivos com diferentes tipos de perguntas (múltipla escolha; verdadeiro/falso; respostas curtas). Os questionários e as perguntas ficam registados na base de dados para reutilização em diferentes cursos e contextos. Na construção de um questionário, o professor pode fazer algumas escolhas, como mostrar ou não os resultados no final do questionário.

g) **Fórum:** forma de interação e comunicação assíncrona fundamental em ambiente de aprendizagem a distância. É nos fóruns que tem lugar o debate, a partilha de ideias e o esclarecimento de dúvidas. Um fórum pode ser configurado para que os educandos sejam automaticamente inscritos na discussão, o que significa que receberão cada mensagem colocada no fórum na sua caixa de e-mail.

h) **Chat:** chat ou conversa síncrona permite aos participantes discutir um tema ou afinar estratégias a distância mas em tempo real. A atividade de Chat pode ser agendada e associada apenas a determinada sessão com objetivos definidos ou constituir um espaço aberto, informal, sempre disponível. Um aspecto importante para o docente é a possibilidade de manter em arquivo o conteúdo das conversas realizadas.

i) **Wiki:** página web que pode ser editada colaborativamente, ou seja, qualquer participante pode inserir, editar, apagar textos. Oferece suporte a processos de aprendizagem colaborativa. As versões antigas são arquivadas e podem ser recuperadas a qualquer momento.

No planejamento das disciplinas deve-se priorizar a diversificação de ferramentas avaliativas, e, sobretudo, conscientizar os professores para a importância da utilização de ferramentas interativas e colaborativas de aprendizagem, com destaque para wiki. Os professores deverão ser capacitados para o uso da ferramenta, garantindo que sua utilização promova o máximo de comunicação, troca de ideias e partilha de conhecimento entre os educandos.

Ademais, as TICs encontram-se disponibilizadas nos ambientes de apoio presencial nos polos. Neste contexto, os educandos poderão fazer uso da estrutura (laboratórios de informática, biblioteca, acesso à internet, servidores e conta de e-mail institucional) e de serviços que possibilitam a utilização de TICs no processo ensino e aprendizagem, permitindo e facilitando a execução deste projeto pedagógico do curso.

17. DOS COLEGIADOS

17.1. Núcleo Docente Estruturante – NDE

De uma maneira geral, os estudos e deliberações sobre o curso serão desempenhados pelo colegiado do curso, composto pelos docentes e representantes discentes. Todavia, um grupo mais restrito de docentes, que exerçam liderança acadêmica, percebida na produção de conhecimentos, no desenvolvimento das atividades de ensino, nas ações administrativas do campus e que atuem no curso farão parte do Núcleo Docente Estruturante (NDE) (BRASIL, 2010).

O NDE deve contribuir para a consolidação do perfil do egresso, zelar pela integração curricular interdisciplinar e com atividades de pesquisa e extensão, incentivar o desenvolvimento de pesquisa e extensão a partir de demandas inerentes ao processo formativo, as necessidades de mercado e as políticas públicas em áreas de conhecimento do curso, além de zelar pelo cumprimento das diretrizes curriculares nacionais e consolidação do projeto pedagógico do curso (BRASIL, 2010).

Inicialmente o NDE será formado por 05 (cinco) docentes atuantes na primeira fase do curso, em regime integral e pelo Coordenador do curso. A partir do segundo semestre, o Colegiado do Curso será o responsável pela eleição dos representantes do NDE seguindo as orientações legais.

O NDE é um órgão consultivo responsável pela concepção e consolidação do Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) de Graduação e tem por finalidade a atualização e revitalização dos mesmos. São atribuições do NDE:

I - Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II - Colaborar com a atualização periódica do PPC;

III - Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação nos Colegiados dos respectivos Cursos, sempre que necessário;

IV - Contribuir para a análise e avaliação do PPC, das ementas, dos conteúdos programáticos e dos planos de ensino dos componentes curriculares;

V - Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação;

VI - Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

VII - Auxiliar o acompanhamento das atividades do corpo docente;

VIII - Analisar e propor ações a partir dos resultados das avaliações institucionais, entre outras ações.

17.2. Colegiado De Curso

O Colegiado de Curso Superior é um órgão normativo e consultivo de cada curso que tem por finalidades acompanhar as implementações dos projetos pedagógicos, avaliar alterações dos currículos, discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso, observando-se as políticas e normas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), bem como as demais legislações aplicáveis.

O Colegiado de Curso é constituído pelo Coordenador do Curso. Na condição de Presidente; por 03 (três) membros docentes vinculados ao Curso, em exercício efetivo; por 01 (um) representante do corpo discente do curso; por 01 (um) pedagogo, preferencialmente o Coordenador Pedagógico que

acompanha o Curso.

A Resolução nº 147-CONSUP/IFRR, de 18 de fevereiro de 2014 define como atribuições do Colegiado de Curso:

I. Analisar e deliberar propostas de alteração do Projeto Pedagógico do Curso;

II. Acompanhar o processo de reestruturação curricular;

- III. Propor e/ou validar a realização de atividades complementares do Curso;
- IV. Acompanhar os processos de avaliação do Curso;
- V. Acompanhar os trabalhos e dar suporte ao Núcleo Docente Estruturante;
- VI. Acompanhar o cumprimento de suas decisões;
- VII. Propor alterações no Regulamento do Colegiado do Curso;
- VIII. Analisar e decidir sobre pedidos de transferências de discentes quando a coordenação não se achar apta a dar o parecer;
- IX. Analisar e decidir sobre pedidos de reingresso de discentes quando a coordenação não se achar apta a dar o parecer.

18. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

18.1. Avaliação da Aprendizagem do Estudante

Luckesi (1999) enfatiza que a avaliação deve ser compreendida como um processo contínuo, sistemático de acompanhamento e julgamento dos resultados do ensino e aprendizagem, contemplando as modalidades de Avaliação Diagnóstica, Avaliação Formativa e Avaliação Somativa.

A partir dessa fundamentação, o NDE definiu a avaliação da aprendizagem no curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola-EaD de forma processual com caráter diagnóstico e formativo, envolvendo docentes, professores mediadores/tutores e educandos. Para atender esse processo avaliativo, a avaliação prioriza diversos instrumentos que buscam contemplar os limites definidos em normas internas e externas ao IFRR, estando em conformidade com o Decreto 9.057/2017 que regulamenta o Art. 80 da LDBEN nº 9394/96.

Quanto aos critérios de promoção ao discente, estes estão regulamentados pela Organização Didática do IFRR e seguirão a regulamentação institucional em vigor.

No curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola-EaD, modalidade EaD, do IFRR/Campus Boa Vista a avaliação do desempenho do educando para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á no processo, mediante:

- I. Cumprimento das atividades programadas nos Polos de Apoio Presencial e Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- II. realização de exames presenciais.
- III. Mais de 50% (cinquenta por cento) da nota semestral dos componentes curriculares devem ser distribuídas em duas atividades avaliativas presenciais, em um mesmo dia, sendo uma atividade coletiva de consulta e pesquisa e outra avaliação individual.
- IV. O educando terá direito a avaliação presencial em primeira chamada e uma segunda oportunidade.
- V. O educando terá direito ao Exame Final presencial, em caráter individual.

Acadêmico será permitido requerer ao Polo de Apoio Presencial uma segunda oportunidade de avaliação, até 07 (sete) dias úteis após cessado o impedimento, quando por motivo justificável não tenha comparecido a primeira oportunidade.

Não haverá nova oportunidade para realização de nova avaliação no caso de perda da segunda oportunidade. A justificativa de falta somente será efetivada com a entrega do documento que comprove a ocorrência do fato na secretaria do polo, no prazo de 07 (sete) dias úteis, contados a partir da data de aplicação da avaliação.

É importante mencionar que a avaliação dos acadêmicos com necessidades específicas será acompanhada pelo NAPNE e equipe multidisciplinar do campus, que direcionará as ações de inclusão no processo educacional. A exemplo, são realizadas adaptações de avaliações, ampliação de tempo para realização de atividades no AVA, aplicação individualizada de avaliações presenciais individuais, bem como acompanhamento individualizado de tutores no polo de apoio presencial. Assim, evidencia-se o olhar cuidadoso da gestão e dos docentes (conteudistas e tutores) para promover a inclusão no curso.

18.2. Verificação do Rendimento Escolar e da Aprovação

De acordo com o aproveitamento dos educandos em cada disciplina do curso, será considerado:

- I - **APROVADO**, o educando que obtiver média igual ou superior a 70 (setenta) pontos.
- II - Terá direito ao **EXAME FINAL** da disciplina o educando que obtiver Média da Disciplina (MD) igual ou superior a 40 e

inferior a 70. Após o exame final, será considerado aprovado o educando que obtiver nota final (NF) maior ou igual a 70. A média final da disciplina após o exame final será calculada de acordo com a seguinte fórmula.

$$NF = \frac{MD + 2 \times EF}{3}$$

A nota final (NF) corresponderá à média ponderada do valor de sua média da disciplina (MD), peso 1, mais o valor do exame final (EF), peso 2, sendo essa soma dividida por 3.

A avaliação de exame final será presencial, em caráter individual e poderá abordar todo o conteúdo contemplado na disciplina. O exame final terá o valor de 100 pontos no AVA.

III - **REPROVADO**, o educando em que a nota final for inferior a 70 (setenta) pontos.

18.3. Avaliação da Aprendizagem de Forma Presencial

Nas **avaliações presenciais** Utilizar-se-á, pelo menos, dois instrumentos de avaliação que contemplem duas ou mais formas de avaliação, sendo:

1. **Avaliação em Grupo** (20% da nota total da disciplina): a ser realizada no primeiro momento do encontro presencial. Deverá ser aplicada uma avaliação de caráter formativo objetivando aferir a aprendizagem do estudante durante a realização do trabalho proposto em aula, bem como uma avaliação comparativa, a ser utilizada para averiguar se os discentes se apropriaram do conteúdo em estudo. Tais atividades avaliativas deverão privilegiar o protagonismo discente com vistas ao pleno desenvolvimento das competências e habilidades necessárias à sua futura atuação docente e pedagógica de modo mais abrangente.

Ao término de cada atividade o tutor deverá apresentar um feedback com os apontamentos relacionados à aprendizagem do grupo como um todo e a cada discente especificamente. Posteriormente, esta ação deverá ser registrada no AVA. As ações concernentes à avaliação em grupo serão acompanhadas também pela coordenação de tutoria, com vistas a potencializar a aprendizagem construída na interação que ocorre no encontro presencial, e que é aportada nos conhecimentos construídos no decorrer de cada disciplina. Trata-se de um momento de aprendizagem também para a equipe de tutoria que pode, além de participar deste processo aplicando as avaliações, aprender com seus pares.

2. **Avaliação Individual** (40% da nota total da disciplina): esta deverá conter obrigatoriamente questões dissertativas e objetivas. Trata-se de uma avaliação somativa, com caráter quantitativo na qual seu objetivo é coletar dados que permitam ao docente/tutor avaliar quantos e quais conteúdos foram aprendidos de modo geral ao término da disciplina por meio do registro escrito. Esta atividade também deverá contemplar a avaliação da capacidade de desempenho em um nível prescrito deste estudante, por assim ser, promoverá a proficiência das habilidades relacionadas à escrita acadêmica. Os feedbacks desta avaliação deverão ser realizados individualmente e postados na plataforma com a descrição e explicação de cada item avaliado, o que permitirá abordagem da avaliação mediadora, que dialoga com o processo da construção do conhecimento.

18.4. Avaliação da Aprendizagem pelo AVA

As **avaliações realizadas no AVA** correspondem a quarenta por cento (40%) do valor total da nota da disciplina, sendo trinta e cinco por cento (35%) para as atividades *online* e cinco por cento (5%) para uma autoavaliação (do educando, da disciplina, do professor, do tutor, das atividades avaliativas).

No planejamento das atividades online explorar-se-á ao máximo os diferentes recursos disponíveis no AVA (Fórum, V ou F, Múltipla Escolha, Tarefa, Palavra Cruzada, Wiki), bem como solicitará trabalhos, fichas de observações, relatórios dentre outros. Entende-se que a utilização repetida e exclusiva de um mesmo tipo de instrumento não permite ver o indivíduo sob todos os ângulos, induzindo a erros graves. Neste sentido, a diversificação de atividades avaliativas não prejudica aqueles alunos que desenvolvem melhor competências ligadas a determinados tipos de instrumentos, que poderiam não ser contemplados pelo docente.

A dosagem na utilização e diversificação de técnicas e instrumentos de avaliação será constantemente aprimorada pela equipe pedagógica que compreende não apenas o professor responsável pelo conteúdo, mas principalmente a equipe de tutoria que acompanha presencialmente e também virtualmente cada discente. Os feedbacks destas atividades serão postados individualmente no AVA pela equipe de tutoria, com a identificação e explicação dos itens avaliados (aprender com os erros), o que permitirá abordagem da avaliação mediadora, que dialoga com o processo da construção do conhecimento.

18.5. Sistema de Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso será realizada pelo Coordenador juntamente com o Colegiado de Curso e com Núcleo Docente Estruturante - NDE, e estes órgãos colegiados deverão organizar espaços de discussão e acompanhamento do processo didático-pedagógico do curso, por meio de reuniões e levantamentos semestrais que permitirão observar, além da produção dos docentes, o investimento realizado no sentido da socialização de pesquisas em diferentes espaços da comunidade e o desempenho dos educandos.

No processo de avaliação poderão ser elaborados questionários digitais, os quais serão respondidos via internet. Estes

questionários serão organizados por categorias: discente, atuação pedagógica, recursos didáticos, gestão, relacionamento, atendimento, espaços físicos e recursos materiais. Os dados coletados serão tabulados e analisados pela comissão de avaliação que divulgará os resultados por meio de relatórios analíticos.

Estes relatórios, por sua vez, serão entregues a Diretoria de Ensino a Distância que em conjunto com a DEAD/Campus Boa Vista e a Coordenação Institucional da UAB irão planejar e executar ações para melhoria e correção do processo.

19. EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES – ENADE

Outra forma de avaliação corresponde ao ENADE (Exame Nacional de Desempenho do Educando), que permite o reconhecimento ou reconhecimento do curso avaliado. Esse instrumento avalia o desempenho dos educandos do Ensino Superior por meio da aplicação de um exame de conhecimentos adquiridos, e integra o Sistema Nacional de Avaliação do Curso Superior (SINAES).

Tem como objetivo acompanhar o processo de aprendizagem e o rendimento dos educandos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, às habilidades e competências desenvolvidas.

De acordo com a Lei nº 10.861/2004, Art. 5º, § 5º: o ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação. Por isso, os educandos selecionados pelo INEP para participarem do ENADE deverão comparecer e realizar, obrigatoriamente, o Exame, como condição indispensável para sua colação de grau e emissão de histórico escolar. São avaliados pelo Exame todos os educandos do primeiro ano do curso, como Ingressantes, e do último ano do curso, como Concluintes.

Ingressantes são todos aqueles que, até uma determinada data estipulada a cada ano pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tiverem concluído entre 7% e 22% da carga horária mínima do currículo do curso. Já, os concluintes são todos os educandos que integralizaram pelo menos 80% da carga horária mínima do currículo do respectivo curso, até uma determinada data estipulada pelo INEP a cada ano, ou ainda, os que tenham condições acadêmicas de conclusão do curso durante o referido ano letivo.

A partir dos resultados oriundos do conjunto de avaliações exposto acima, são implantadas, no âmbito do curso, ações acadêmico-administrativas que objetivam tanto o aperfeiçoamento da formação educando como o incremento da estrutura institucional.

Os resultados dessas avaliações são divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de reuniões, endereços eletrônicos das IES e confecção de documentos informativos. Tais resultados exibem as informações coletadas ao longo do processo avaliativo, assim como as ações planejadas e propostas para melhoria das condições de oferta do curso e das demais dimensões avaliadas, sendo uma ferramenta importante para identificar forças e fragilidades.

A partir das informações disponibilizadas, os diferentes setores e atores envolvidos passam a traçar propostas juntamente ao NDE, objetivando a correção de rumos que assegurem a melhoria na qualidade do processo ensino e aprendizagem.

20. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Entende-se por validação o processo de legitimação de conhecimentos e de experiências relacionados com o perfil de conclusão do curso, adquiridos formal e/ou informalmente, para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Poderão ser validados componentes curriculares cursados em outros cursos de mesmo nível ou nível superior, bem como por meio de reconhecimento de saberes e experiências anteriores. Considerando o art. 41 da Lei n. 9.394/1996, o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, será objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos de aluno regular do IFRR. Os critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores do discente se dará conforme procedimentos e normas previstas na Organização Didática. Questões não previstas na Organização Didática serão analisadas e encaminhadas pelo Colegiado do Curso.

21. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

21.1. Avaliação Institucional

A avaliação Institucional será realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que proverá os mecanismos de avaliação, considerando as orientações do Sistema Nacional de Educação Superior

(SINAES). Essa comissão é composta por representantes da comunidade interna e externa ao Instituto, do corpo técnico-administrativo, e por representantes educandos e docentes.

De acordo com o PDI a Comissão Própria de Avaliação (CPA) é constituída por uma CPA Central, à qual compete a coordenação geral das atividades e se localiza na Reitoria, e por Comissões Setoriais de Avaliação Locais (CSAs), sendo uma em cada campus. A CPA conduzirá os processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. A CPA atua em conjunto com as CSAs, que têm a atribuição de desenvolver o processo de auto avaliação, particularmente o trabalho de sensibilização da comunidade acadêmica e de divulgação a esta de todo o processo, conforme - Lei nº 10.861/2004 - Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

Para avaliação é adotado método participativo da comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa, utilizando-se diferentes instrumentos, como o uso de questionários validados previamente e, também, por meio de reuniões pedagógicas com educandos e docentes, e avalia as seguintes dimensões: projeto pedagógico do curso (condições de oferta do curso), estrutura física, corpo docente e educando, corpo técnico administrativo.

As avaliações são realizadas por toda a comunidade acadêmica e ocorrem no início de cada semestre, sempre referente ao semestre anterior cursado. Decorrido o processo de avaliação, os resultados são tabulados e analisados estatística e qualitativamente pelos membros da CPA para divulgação e propostas de melhoria.

Além da autoavaliação institucional conduzida pela CPA, ocorre também, periodicamente, a avaliação externa do curso instituída pela Lei nº 10.861/2004, que institui o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sistema e-MEC). Essa avaliação externa é constituída por uma análise *in loco* realizada por especialistas da área, que se utilizam de um Instrumento de Avaliação dos Cursos Superiores.

22. PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO PEDAGÓGICA E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

22.1. Docentes do Curso

O professor do componente curricular é responsável por elaborar e ministrar o conteúdo programado; coordenar atividades acadêmicas; incentivar e acompanhar os estudantes nas atividades acadêmico-científico-culturais; orientar os estudantes nas atividades didático-pedagógicas relativas ao curso; elaborar, quando necessário, material didático para suprir necessidades emergentes ao longo do processo ensino-aprendizagem; avaliar sistematicamente os estudantes, o material didático e o processo de ensino-aprendizagem no decorrer do curso.

22.2. Equipe Técnico-Administrativa

No âmbito do IFRR/Campus Boa Vista

Equipe de Apoio Tecnológico e de Logística - a equipe de apoio tecnológico e de logística viabilizará as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático. Atuará no sentido de manter as condições de infraestrutura para as comunicações e o desenvolvimento das atividades do curso, apoiando o trabalho dos professores e tutores, à distância. Essa equipe dará suporte para a realização de todas as atividades necessárias ao desenvolvimento do curso, incluindo: capacitação dos profissionais tutores e professores, criação das páginas do curso, postagem dos materiais encaminhados pelos professores, orientação e auxílio para a produção, transmissão e gravação das web-aulas ou webconferências e auxílio na utilização das ferramentas disponibilizadas pelo AVEA que os professores poderão utilizar para o desenvolvimento das atividades dos componentes curriculares;

· Equipe Técnico-Administrativa: exerce atividade de suporte ao DEAD/Campus Boa Vista, professores e alunos no que tange a elaboração, tramitação, organização, recebimento e expedição de documentos referentes à graduação.

23. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS

Dependências	Quantidade	m2
Sala da Direção	01	33,20
Sala da Coordenação do curso da modalidade a distância	01	5,4m
Sala de Professores	01	75,60
Salas de Aula: climatizada com data show	10	480,00
Salas de Aula: climatizada com data show	02	96,00
Laboratório áudio-visual 01	01	480m2
Laboratório de Tutoria EaD	01	480m2
Laboratório de Informática e pesquisa	01	480m2
Banheiros	03 cjt.	154,4
Pátio Coberto / Área de Lazer / Convivência	01	853,00
Praça de Alimentação	01	100,00
Auditório Principal: Climatizado. Capacidade 200 pessoas sentadas	01	441,12
Auditório 2: Climatizado. Capacidade 50 pessoas sentadas	01	50,00
Sala de Áudio / Salas de Apoio	01	48,65
Sala de Leitura/Estudos	01	395,29

23.1. Biblioteca;

Área total (m2)	Área para usuários (m2)	Capacidade (Nº de usuários)
-----------------	-------------------------	-----------------------------

1.381	1.318	3.654
<p>Outras informações:</p> <p>O espaço físico está assim distribuído:</p> <p>a) 1º Piso: Acervo geral; salão de consulta; sala para leitura individual; sala de multimídia; coordenação; Hall de exposição.</p> <p>b) 2º Piso: Duas salas para teleconferência; coordenação de periódicos; salão de periódicos; processamento técnico; Hall de exposição; copa e 06 banheiros masculinos e 06 banheiros femininos, sendo um banheiro de cada bateria, adaptados para os portadores de deficiência física.</p> <p>O acesso ao 2º piso dá-se através de uma rampa.</p>		

24. DIPLOMAÇÃO

Após integralizar todas as disciplinas contempladas nos 8 (oito) módulos que compõem o curso e demais atividades obrigatórias previstas neste Plano de Curso, o acadêmico concluinte fará jus à obtenção do diploma de graduado em **Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola**.

25. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, e nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências. Brasília, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS. Brasília, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 7.037/2009**. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3. Brasília, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **DECRETO nº 6.586/2008**. Dispõe sobre a implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. De 29 de setembro de 2008.

BRASIL. **DECRETO nº 5.002/2004**. Promulga a Declaração Constitutiva e os Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. De 03 de março de 2004.

BRASIL. **Instrumento de avaliação de cursos de avaliação: presencial e a distância – Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento**. Brasília: MEC/INEP/DAES, 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em: 29 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Define Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.536, de 11 de dezembro de 1997.** Regulamenta o parágrafo único do art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. **LEI nº 11.161/2005.** Dispõe sobre o Ensino da Língua Espanhola, de 5 de agosto de 2005.

BRASIL. **Parecer 67/2003.** Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação – Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2003.

BRASIL. **Parecer CNE 776/97.** Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Brasília, 1997.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 28/2001.** Estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Docentes, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2001.

BRASIL. **Parecer MEC/SEESP/DPEE nº 14/2009.** Terminalidade Específica. Brasília, 2009.

BRASIL. **PARECER CNE/CP n.º 5/2004.** Acordo de Admissão de Títulos, Certificados e Diplomas para o Exercício da Docência do Espanhol e do Português como Línguas Estrangeiras nos Países do MERCOSUL. Aprovado em 06 de julho de 2004.

BRASIL. **Portaria MEC nº 40/2007.** Institui o e-MEC. Brasília, 2007.

BRASIL. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância.** MEC/Secretaria de Educação a Distância, Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.

BRASIL. **Resolução CNE/CES 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 1, de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 2012.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

CANDIDO, A. **O direito à literatura.** In.: CANDIDO, A. Vários escritos. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. 2006. Disponível em:

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1999

LUCKESI, C.C. Estados de consciência e atividades lúdicas. In: PORTO, Bernadete. **Educação e ludicidade.** Ensaios 3. Salvador: UFBA, 2004, pp. 11- 20.

PIMENTA, Selma Garrido. **O Estágio na Formação de Professores.** São Paulo: Cortez, 1997.

RAYMUNDO, G.M.C. **O Estágio Supervisionado:** lócus formativo para acadêmicos que atuam como professores na educação básica. Florianópolis/SC: ANPED SUL, 1996.

RESOLUÇÃO CNE/CES n.º 18/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares do Curso de Letras.

RESOLUÇÃO nº 682/Conselho Superior, de 16 de julho de 2022 - Aprova o Regulamento sobre a elaboração de Projeto Pedagógico de Cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação do Instituto Federal de Roraima (IFRR);

RESOLUÇÃO CNE/CP n.º 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

RESOLUÇÃO nº558/2021 - CONSUP/IFRR, de 3 de março de 2021. Dispõe sobre a curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Roraima (IFRR).

Documento assinado eletronicamente por:

- **Nilra Jane Filgueira Bezerra, REITOR - CD0001 - IFRR**, em 16/03/2023 16:28:15.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 16/03/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 199583
Código de Autenticação: 4cafe6bfc8

